

História do Brasil

Questão 1

O esforço para obter o reconhecimento da independência do Brasil se desenrola em duas fases distintas. A primeira se situa dentro do período em que José Bonifácio de Andrada e Silva foi o poderoso ministro da Guerra e dos Estrangeiros. A segunda etapa estende-se da queda do Patriarca da Independência até a assinatura do tratado de reconhecimento com Portugal, seguindo-se, em rápida sucessão, os reconhecimentos da Grã-Bretanha e das demais potências. (Rubens Recupero. O Brasil no mundo. In: Lilia Schwarcz (Coord.). História do Brasil Nação. Rio de Janeiro: Objetiva/MAPFRE, 2011, p. 140 - com adaptações).

Redija um texto dissertativo apresentando e analisando, de forma contextualizada, eventos históricos que possam fundamentar a afirmação feita por Rubens Recupero no fragmento de texto acima apresentado.

Média: 24,26 amp. / 20,71 cotas negros
Desvio padrão: 3,52 amp. / 5,09 cotas negros

Bruno Rodrigues Teixeira – 30

Rubens Ricupero divide o processo de reconhecimento da independência do Brasil em dois períodos diferenciados. Essa distinção é relevante porque as atitudes brasileiras e as estratégias de busca de reconhecimento eram bastante diversos antes e depois da saída de José Bonifácio. A presença do Patriarca, portanto, constitui marco diferenciador de como o Brasil buscou consolidar sua independência e como se comportou diante da necessidade de ser reconhecido pelos demais Estados independentes.

A primeira fase do reconhecimento da Independência do Brasil diferencia do período posterior porque José Bonifácio, na condição de ministro da Guerra e dos Estrangeiros, adota postura autonomista e, de certa forma, nacionalista em face dos desafios colocados ao Brasil recém-independente. Nesse sentido, dois elementos centrais destacaram-se em sua gestão. Por um lado, José Bonifácio entendia que o reconhecimento viria sem que o Brasil fizesse grandes concessões; afirmava que o Brasil seria “como os ‘chins’” da China, com um grande mercado interno que produzia bens básicos e que poderia prescindir, por algum tempo, dos bens de luxo da Europa, de modo que poderia barganhar o acesso ao mercado brasileiro em troca do reconhecimento pelas potências

europeias. Por outro lado, José Bonifácio atuou de forma crucial para que a independência se tornasse um *fait accompli* a ser aceito pelos Estados da Europa; nesse sentido, recorreu a alianças externas, negociação interna e pressão a regiões insubordinadas.

Em relação às Américas, José Bonifácio enviou duas Missões a fim de angariar apoio contra pretensões recolonizadoras de Portugal. A Missão Correia da Câmara às Províncias Unidas, nesse sentido, buscava a superação das desconfianças mútuas e a configuração de um arranjo defensivo contra as ex-metrópoles. Por sua vez, aos Estados Unidos foi enviado o representante brasileiro "Cabugá", que em 1817 procurara o apoio desse país à Revolução dos Padres em Pernambuco. Esse enviado contribuiu para a criação de uma imagem positiva do novo Império, o que foi somado às negociações, no Rio de Janeiro, entre José Bonifácio e o representante estadunidense, Peter Sartoris. Aquele perguntou a este se haveria intenções pacíficas dos EUA em relação ao Brasil e se o país estaria disposto a apoiar a independência brasileira. Tanto a Missão Correia da Câmara quanto os encontros com Sartoris tiveram resultados reticentes, mas demonstram a tendência de José Bonifácio de buscar coalizões para reforçar a posição do Brasil.

Nas relações com a Inglaterra, José Bonifácio envia a Missão Caldeira Brant a Londres, que não somente transmite uma mensagem de autossuficiência do Império brasileiro, mas que também recusa um empréstimo britânico (preferindo a emissão monetária) e questiona a validade dos Tratados de 1810, considerando que esse documento havia sido firmado pela ex-metrópole. Essa posição denota que José Bonifácio entendia que interessava à Inglaterra a independência brasileira e que havia poder de barganha a ser explorado. Tal comportamento no Eixo assimétrico era complementado pelas gestões para manter a ordem interna: José Bonifácio organizou o Exército Pacificador liderado por Labatut, que reprimiu a resistência na Bahia; organizou também a Marinha, sob a liderança de Cochrane, que contribuiu para submeter a região amazônica. Na Cisplatina, José Bonifácio entendeu a peculiaridade do caso e buscou negociar, mantendo Lucas Obes no Rio de Janeiro e propondo, na Assembleia Constituinte, que a Cisplatina fosse incorporada "por Federação".

A segunda etapa do reconhecimento da independência inicia-se porque as políticas de José Bonifácio acarretaram sua própria queda. Por um lado, sua postura de autossuficiência desagradava a Inglaterra, que exercia influência considerável sobre a dinastia de Bragança dos dois lados do Oceano Atlântico. Por outro lado, a defesa de José Bonifácio da abolição gradual da escravidão, política que ele considerava necessária para a construção de uma nação forte, sofreu intensa oposição da base de apoio de D. Pedro, que era em grande medida a elite escravista do Centro-Sul do Império. Nesse sentido, a destituição de José Bonifácio representou a vitória dos interesses dinásticos sobre os que José Bonifácio considerava nacionais. Por esse motivo é possível tratar o período subsequente como relativamente coeso. A "segunda etapa", conforme os termos de Rubens Ricupero, descontruiu os esforços de José Bonifácio na busca de um reconhecimento internacional soberano, embora as medidas do Patriarca para a estabilização e manutenção da integridade territorial do Império tenham, em grande medida, perdurado e os reconheicmentos pelos EUA, pelas Províncias Unidas e por Reinos africanos como Benin já tivessem sido encaminhados.

Nas relações com as potências europeias, o reconhecimento passou a ser buscado com a mediação inglesa do reconhecimento português. Esse diálogo tripartite resultaria em acordo draconiano em que Portugal reconheceria o Império brasileiro com as seguintes

condições: indenização de £2 milhões, afastamento de pretensões brasileiras na África, aceitação de que tal acordo constituía "concessão" de Portugal e a nomeação de D. João VI como Imperador, em título, do Brasil, até sua morte. Tendo Portugal reconhecido o Brasil, a Inglaterra então pôde acertar seu reconhecimento, o que, entretanto, tampouco veio sem um preço. É certo que a Inglaterra arranjou para que o tratado de reconhecimento português não excluísse dom Pedro I da sucessão ao trono português, mas o preço disso foi a renovação dos Tratados de 1810, com a previsão de cláusula de Nação mais favorecida, taxa preferencial de 15% para produtos ingleses e a continuidade do estatuto do Juiz Conservador. Ademais, a Inglaterra impôs a continuidade da Convenção de 1817 sobre direito de visita e apresamento de navios negreiros e ainda arranjou para que o Tratado de 1827 previsse o fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil em um prazo de 3 anos. Pago todo esse preço, as outras potências europeias seguiram o exemplo de Portugal e Inglaterra, promovendo o reconhecimento do Império brasileiro (embora houvesse alguns recalcitrantes, como Fernando VII de Espanha).

Rubens Ricupero está correto em fazer uma distinção clara entre dois períodos do processo de Reconhecimento da Independência do Brasil, pois a estratégia em cada um deles foi muito distinta. De todo modo, ambos os períodos contribuíram para a consolidação da emancipação brasileira. O primeiro, com a supressão de revoltas, negociação interna e externa. O segundo, por meio de concessões a Portugal e Inglaterra.

Érika Helena Campos – 28

O processo de independência do Brasil, segundo Rubens Ricupero, resultou em estratégia de reconhecimento do novo Estado, que se bifurca em duas fases: a primeira sob influência dos posicionamentos autônomos de José Bonifácio, a segunda sob o controle do próprio Imperador D. Pedro I, que optou por estratégia de política externa de viés continuista em relação ao período Joanino (1808-1822). De fato, o afastamento de José Bonifácio, um mineralogista que enxergava no Brasil o potencial para se erigir como uma nova civilização nos trópicos, determinou o rumo subserviente que tomaria a política externa brasileira em sua primeira fase de inserção no sistema internacional. D. Pedro I, ao não se desligar do modus operandi do ancien régime e da lógica geopolítica da metrópole portuguesa, lastreou a diplomacia do Primeiro Reinado nos interesses dinásticos da casa real de Bragança. Dessa forma, o esforço para a obtenção do reconhecimento da independência brasileira foi feito de forma a perpetuar no Brasil antigas dependências portuguesas em relação à Inglaterra e impediu que o Brasil elaborasse de forma autônoma sua estratégia externa entre 1822 e a década de 1840.

A proclamação da independência, em 1822, foi a culminação de um processo de afastamento entre portugueses da metrópole e reinóis transmigrados, associados à elite colonial do Sudeste, que se processou desde 1820, com a Revolução do Porto e o estabelecimento das cortes em Lisboa. A partir da proclamação, as ideias liberais que já circulavam ganharam ânimo, incorporadas pelo que se denominava "Partido Brasileiro". Este incorporava, de forma ampla, os senhores de terra que viram na independência a chance de se libertarem do absolutismo português e se engajarem e comerciarem com diversos Estados. A Assembleia Constituinte, instalada em 1823, abrigava, predominantemente, esse grupo de interesse. Dentro dessa aristocracia da terra, destacava-

se José Bonifácio, nome da elite local que tinha uma proposta autônoma para a conformação do Estado brasileiro.

Defendendo a libertação gradual dos escravos, a abertura do Brasil para o mundo e até, pioneiramente, uma aproximação com as Províncias Unidas do Prata, Bonifácio atraiu a antipatia de seus concidadãos na Assembleia Constituinte e, não tardaria, seria expurgado pelo próprio Imperador a quem servia.

A celeuma em torno do projeto de constituição, que previa subterfúgio que levaria à exclusão dos portugueses do exercício da cidadania, somada às disputas entre ministro e imperador sobre o padrão de relacionamento a ser estabelecido entre o Brasil e Portugal, e as demais potências da época, levaram à demissão de Bonifácio e seu subsequente exílio. Em novembro de 1823, na noite da agonia, a Assembleia Constituinte é fechada. D.Pedro I e seus próceres da burocracia civil-militar lusa concentrariam o processo de formulação política que resultaria na Constituição outorgada de 1824 e na política externa predominantemente bragantina do Primeiro Reinado.

D. Pedro I, uma vez outorgada a Constituição de 1824, elabora junto a seu Conselho de Estado política externa que prioriza o reconhecimento da independência. Primeiramente, ocorrem negociações com Portugal, que terminam em impasse. Nesse momento, a Inglaterra, sob a liderança externa de George Canning, anseia pelo desfecho positivo dessas negociações. É relevante lembrar que, devido a tratados prévios, a Inglaterra havia se comprometido com a unidade do império português e com a exclusividade da legitimidade dos Bragança. Assim, tendo em vista o malogro das negociações luso-brasileiras, o Foreign Office oferece a mediação britânica, pelo que se dá a especificidade de o reconhecimento se dar de forma tripartite.

O reconhecimento por Portugal ocorre após negociação que foi mediada pelo delegado britânico Charles Stuart. Ficou acertado que Portugal concedia graciosamente a independência ao Brasil; que Don João seria imperador vitalício do reino; que o Brasil não aceitaria adesões por parte de reinos e colônias africanas; e que o Brasil deveria pagar indenização de 2 milhões de libras a Portugal - sendo uma parte correspondente às indenizações à Coroa lusa e outra à dívida que Portugal contraiu com a Inglaterra para financiar seu confronto com o Brasil, logo, uma dívida odiosa. Esse arranjo, claramente, gerou grande indignação na opinião nacional que testemunhou a vitória militar brasileira pela independência.

Com relação à Inglaterra, as concessões foram ainda mais desproporcionais. Como comenta Ricupero, o processo de reconhecimento que culminou nos tratados de 1827 reflete o paradigma dinástico que pautou as decisões de D. Pedro I. Ter reproduzido, em 1827, com o Brasil, o arcabouço normativo que vigorou no tratado entre Portugal e Inglaterra de 1810 demonstra anacronismo e inadequação por parte do Imperador.

Logo depois do reconhecimento por Portugal, Charles Stuart parte para o Rio de Janeiro, para negociar o reconhecimento britânico, nas bases da renovação dos tratados de 1810, que expiravam nesse momento. Stuart obteve do Brasil a tarifa favorecida de 15% *ad valorem*, acesso ao porto de Santa Catarina para redistribuição de mercadorias no Prata, o direito de visita a navios brasileiros e, após intervenção de Robert Gordon no processo, a renovação da extraterritorialidade (juiz conservador inglês). No tratado de amizade e cooperação, o Brasil comprometia-se a findar com o tŕafico de escravos em três anos. Obviamente, os termos assimétricos e desproporcionais dos tratados indignaram os

brasileiros, pois nem as vantagens comerciais eram tangíveis, prevalecendo o que Oliveira Lima chamou de "reciprocidade cômica".

Esses acertos com Portugal e Inglaterra foram possíveis porque, no momento do primeiro, o Parlamento estava ainda fechado, e, no segundo, o Parlamento estava vedado de agir. Pela constituição de 1824, tratados não precisavam ser aprovados pelo Parlamento, salvo se implicassem permuta territorial. Essa conjuntura, marcada pela insatisfação da elite escravocrata, que via um imperador português transigir livremente com seus interesses, determinaria a entropia do Primeiro Reinado.

A concentração do processo decisório de política externa nas mãos de um imperador que sequer havia renunciado ao direito de sucessão de Portugal alimentou a oposição liberal que tomou conta do Parlamento nas duas primeiras legislaturas. A decisão de D. Pedro I de ir à guerra na Cisplatina (1825-28) sem o respaldo da opinião pública nacional aprofundou ainda mais a [*crise de*][12] legitimidade de D. Pedro que, apesar de dinástica, não mais se apoiava nas outras forças que compunham o Estado nascente.

A opção de D. Pedro I de defender, predominantemente, os interesses dinásticos comprometeu a inserção brasileira na ordem internacional até a década de 1840, quando os tratados de reconhecimento expirariam. O afastamento de Bonifácio, por sua vez, privou o cenário político brasileiro de ideias progressistas que levariam décadas para se reacenderem e transformarem a realidade nacional.

Coloco a resposta da banca ao meu recurso. Ainda que indeferido, acho interessante mostrar a indicação do que faltou na resposta da candidata, para que lhe fosse atribuída nota máxima.

Indeferido
CONTEÚDO

A nota reflete uma avaliação global da resposta do candidato, tendo em conta os elementos fundamentais de informação e análise esperados pela banca. A pontuação obedeceu a critérios tendo como parâmetros o desempenho ideal esperado do candidato quanto a contextualização; o respeito aos encadeamentos factuais e sua cronologia, de modo a demonstrar seu conhecimento do processo histórico. A Banca cumprimenta a candidata por sua resposta, refletida na nota 28, mas foram omitidos os acontecimentos de agosto de 1822 e as instruções para Caldeira Brant.

Luciano Prata Magalhães – 28

Rubens Ricupero divide o processo de reconhecimento da independência do Brasil em dois momentos, um com a participação de José Bonifácio e outro sem Bonifácio. A distinção de Ricupero é importante para a análise dos limites e das potencialidades de um processo negociador que tendeu a ser analisado posteriormente como extremamente concessivo aos interesses, principalmente, de Portugal e da Grã-Bretanha, sem que houvessem riscos reais à independência brasileira. Em uma primeira aproximação, é possível afirmar que Bonifácio buscou uma estratégia de afirmação do interesse nacional

[12] Omiti essa expressão no original.

ou, pelo menos, como o Patriarca entendia esses interesses, enquanto posteriormente interesses dinásticos são incluídos no processo negociador. A partir dessa afirmação simplificadora, é possível buscar explicitar os eventos de cada momento, bem como os métodos aplicados e os contextos interno e externo no qual interagiam os principais atores.

A independência brasileira insere-se em um contexto de ruptura entre as elites portuguesas em Lisboa e as elites de brasileiros e portugueses "enraizados", conforme a teorização de Maria Odila, no Rio de Janeiro. A independência não surge, a princípio, de um desejo de libertação do julgo colonial, mas sim de desencontros entre Lisboa e Rio sobre, primeiramente, o comando do Império luso-brasileiro e, em seguida, sobre o grau de autonomia de uma potencial Assembleia Brasílica. A intransigência lisboeta com relação a esse tema fez aproximar as oligarquias do centro-sul com D. Pedro I, o que levaria eventualmente ao rompimento com Portugal e a declaração do Império brasileiro. O Império deveria ser constitucional, conforme desejo das elites locais, apesar de alguma resistência de D. Pedro I e alguns burocratas do entorno da Coroa. As disputas a respeito do formato do Estado Imperial colocaram ideais "radicais", simbolizadas pela atuação de Gonçalvez Ledo, que defendiam maior descentralização do poder, liberais "centralistas", capitaneados por Bonifácio e antiliberais, representados pelos apoiadores mais próximos de D. Pedro I. Não havia clareza nessa definição, nem as denominações apresentadas são consensuais na historiografia , mas essa divisão ajuda o argumento de que durante o processo de independência disputava-se internamente a forma do recém criado Estado brasileiro.

Com um projeto liberal centralizador, José Bonifácio foi o grande artífice da Independência. Intelectual santista de renome, formado nos moldes do reformismo esclarecido português, assim como fora a Geração de 1790 portuguesa, José Bonifácio teve papel fundamental para a articulação interna e externa da Independência. Em um ato que para os contemporâneos representou a própria emancipação, Bonifácio promulgou a "Carta às Nações Amigas" em que enunciava a efetiva liberdade da atuação política brasileira, bem como o interesse de inserção autônoma na comunidade das nações. Para dar suporte a emancipação política constituiu corpo diplomático, instruindo representantes a buscarem o reconhecimento do país, sem, contudo, realizar concessões excessivas. Dentre esses representantes, enviou instruções a Caldeira Brant para iniciar contatos com a Grã-Bretanha. No plano regional, o Patriarca vai buscar a aproximação com as Províncias Unidas do Prata, em articulação original do Americanismo enquanto proteção da independência, como viriam a fazer posteriormente Monroe e Bolívar. Provavelmente, esse movimento de José Bonifácio ensejaria o envio de Rivadalvia de representante ao Rio de Janeiro para negociar a questão da Cisplatina, ocasionando o primeiro reconhecimento internacional do Brasil, ainda que informal e incompleto, ato seguido pelo reconhecimento dos reinos africanos de Onin e Odin e dos Estados Unidos.

José Bonifácio entendia, corretamente, que não haviam ameaças significativas à independência brasileira por parte da Grã-Bretanha, ainda que a aliança histórica com Portugal dificultasse o reconhecimento unilateral imediato. Bonifácio compreendia a importância do mercado brasileiro para a Grã-Bretanha e, por isso, permitia-se altivez no trato com os ingleses, o que trouxe inclusive o reconhecimento destes. Contudo, a percepção das potencialidades da nacionalidade, trazia, em seu âmbito, um projeto de país modernizador e centralizador, que começou a incomodar tanto liberais radicais que buscavam maior autonomia provincial, maior poder para o legislativo, quanto membros das

classes produtivas que discordavam de teses modernizadoras, que incluíam, em última instância, o fim da escravidão. Nesse contexto, o imperador aproveitou para afastar Bonifácio e fechar a Assembleia, assumindo tanto a condução da negociação pela independência quanto da constituinte.

O Imperador toma para si as rédeas da conformação do Estado brasileiro e, nesse contexto, ganha relevo os interesses da Cora e da dinastia. O reconhecimento da Independência pela Grã-Bretanha e também, por Portugal, que antes estavam garantidos pelo contexto fático da emancipação brasileira, passa a ser considerado como indispensável. Retomando a prática de subserviência à Grã-Bretanha, presente em muitos momentos da história portuguesa, o Estado brasileiro concederá em muitos temas, resinificando a dependência à Grã-Bretanha, sem que houvessem os mesmos elementos matérias que a motivassem. Do mesmo modo, D. Pedro I, em negociações secretas, sem a participação do Parlamento, aceita negociar indenização à Portugal, mantendo o status de D. João, com proibição de aproximação com domínios portugueses na África, mesmo em um contexto de superioridade brasileira, em que a independência foi obtida autonomamente. O acordo com Portugal, a extensão das vantagens alfandegárias no Tratado de Amizade e de Comércio com a Grã-Bretanha e a aceitação da eliminação do tráfico negreiro, inclusive com a previsão de que o tráfico seria equiparado à Pirataria, somente podem ser compreendidos no imperativo de garantir a D. Pedro I espaço na Casa de Bragança.

A Grã-Bretanha atingiu todos os seus objetivos. Logrou manter a subordinação do Brasil, com privilégios alfandegários e políticos; ademais, obteve uma solução que era aceitável para seu aliado histórico, além de obter um compromisso para a eliminação do tráfico de escravos. O Brasil, por sua vez, teria de lidar com o que a nacionalidade tende a ver como um mal acordo, com graves impactos no orçamento público e com a manutenção da inserção de tipo agrário-exportadora, o que, de fato, correspondia aos interesses da elite da época. D. Pedro I, apesar de conseguir manter sua influência na política portuguesa, acabou minando as condições de continuar seu governo, o que ficaria evidente no momento em que o Parlamento foi reaberto em 1826, em plena Guerra da Cisplatina, em que líderes com Bernardo Pereira de Vasconcelos criticarão frontalmente as negociações secretas que levaram ao reconhecimento da independência.

É arriscado afirmar que, se Bonifácio tivesse continuado a frente do processo negociador, o Brasil teria obtido um melhor resultado ou um país diferente, mesmo porque o projeto de país do Patriarca tinha muita oposição internamente. Contudo, é fato que o primeiro momento do processo negociador da independência, conforme destacou Ricupero, demonstra que este poderia ter sido conduzido com maior altivez e autonomia e que haviam outras possibilidades aos tomadores de decisão da época.

Rafael Rodrigues Alves – 28

A proclamação da independência do Brasil insere-se em um contexto de crise geral do sistema colonial, que se explica, principalmente, pelo fato de que o avanço do capitalismo industrial liderado pela potencia hegemônica da época, a Inglaterra, criava novas exigências em termos de expansão dos mercados consumidores e abertura comercial, exigências que tornavam insustentável a manutenção de vastos impérios coloniais de tipo

mercantilista, como era o império português. Essa realidade, sagazmente percebida por José Bonifácio, permitiu que o Patriarca da Independência esboçasse um projeto autonomista de inserção internacional do Brasil, respeitador da soberania e do interesse nacional. O projeto foi, entretanto, interrompido com a demissão de Bonifácio por D. Pedro I, cujos interesses pessoais e dinásticos foram preponderantes para determinar o rumo das negociações para a obtenção do reconhecimento da independência do país, ocasionando uma situação de inserção subalterna no sistema internacional.

Rubens Ricupero identifica duas etapas distintas no processo que levou as principais potências europeias a reconhecerem a independência do Brasil. De fato, o primeiro momento foi marcado pela atuação firme do Ministro da Guerra e dos Estrangeiros, José Bonifácio de Andrada e Silva, que já havia redigido, antes mesmo do 7 de setembro, o estratégico Manifesto às Nações Amigas, em que explicita que as intenções do Brasil, longe de serem hostis a Portugal e à dinastia Bragança, eram eminentemente pacíficas. Já se colocava Bonifácio na posição de quem arquitetava uma inserção positiva e legitima do novo país no sistema internacional, inserção que dificilmente criaria resistências insuperáveis. Ao contrário, sabia o Ministro que, consolidado o desenlace com Portugal, era do interesse imediato da Inglaterra, a maior potência econômica e militar da época, o pronto reconhecimento da independência brasileira.

Com efeito, após a abertura dos portos brasileiros, em 1808, e mais ainda após a celebração do Tratado de Comércio e Navegação entre Inglaterra e Portugal, em 1810, o Brasil chegou a assumir a posição de principal mercado para as exportações inglesas. Em 1822, a Inglaterra não poderia correr o risco de perder o acesso ao mercado brasileiro, caso não fosse reconhecida a independência do novo país. Por outro lado, apenas vínculos jurídicos e políticos com Portugal, cujas origens remontam a meados do século XVII, impediam a Inglaterra de reconhecer unilateralmente a independência brasileira sem a anuência portuguesa. Quando a Inglaterra enviou Stuart para mediar negociações tripartites entre Brasil, Portugal e a própria Inglaterra sobre os termos em que se dariam a independência, José Bonifácio sabia muito bem que o reconhecimento inglês era uma questão de tempo, ao qual inexoravelmente se seguiriam os reconhecimentos das demais potências. Essa primeira etapa do processo negociador foi, portanto, marcada por atitude firme de Bonifácio e dos negociadores brasileiros, que não se mostraram dispostos a fazer concessões desnecessárias nem à Inglaterra, altamente interessada em manter relações amistosas com o novo país e livrá-lo do jugo protecionista do colonialismo mercantilista lusitano, nem tampouco a Portugal, incapaz de sequer tentar retomar seu controle sobre o Brasil independente.

Essa atitude autonomista, pragmática e que resguardava a soberania nacional foi justamente um dos motivos que levaram à demissão de Bonifácio por D. Pedro, a quem interessava um processo rápido de reconhecimento da independência brasileira por parte de Portugal, da Inglaterra e das demais potências europeias. A urgência devia-se à priorização, por parte de D. Pedro, de seus interesses pessoais e dinásticos em detrimento de objetivos efetivamente determinados pelo interesse nacional. O pronto reconhecimento reforçaria a legitimidade interna e internacional do novo imperador e, o mais importante, dar-se-ia em condições que não desvinculariam totalmente D. Pedro do trono português, habilitando-o, inclusive, a pleitear, anos mais tarde, a sucessão de D. João, morto em 1826. Diante da leitura limitada das circunstâncias internacionais, D. Pedro fez prevalecer sua

agenda pessoal, substituindo não apenas Bonifácio, mas os demais negociadores brasileiros, por uma equipe de portugueses alinhados a seus interesses.

A fraqueza da posição negociadora brasileira a partir de então, que caracteriza a segunda fase do processo de obtenção do reconhecimento, foi viabilizada pelo estilo autoritário do imperador. Deve-se lembrar que em 1823, D. Pedro manda fechar a Assembleia Constituinte e outorga, no ano seguinte, a Constituição. Voltando a funcionar apenas quaro anos depois, o Parlamento sequer teve condições de opinar sobre os compromissos que estavam sendo assumidos pelo país em troca do reconhecimento.

E os compromissos foram, de fato, pesados e extremamente onerosos. Pagou-se a Portugal uma quantia de 2 milhões de libras, proibiu-se que territórios portugueses na África se unissem ao Brasil, declarou-se que a independência era um concessão de D. João e não se desvinculou o imperador do Brasil dos direitos dinásticos portugueses. Tudo afrontava o interesse nacional, mas as concessões extraídas pela Inglaterra foram ainda mais graves e de repercussões muito mais duradouras, a ponto de o negociador inglês, Lorde Stuart, congratular-se com Canning, afirmando que eles haviam conseguido transferir para o novo país independente as mesmas relações de vassalagem que Portugal mantivera com a Inglaterra por mais de um século. Em 1826, assinou-se o tratado em que o Brasil, de forma subserviente, comprometia-se a terminar com o tráfico de escravos. No ano seguinte, foi a vez do tratado que renovava por mais 15 anos os privilégios alfandegários que haviam sido concedidos à Inglaterra em 1810. E à medida que cada potência europeia ia oficializando seu próprio reconhecimento da independência brasileira, os mesmos privilégios eram concedidos, enredando o Brasil em um verdadeiro sistema de tratados desiguais.

Essa postura equivocada, descolada do interesse nacional, que caracterizou a segunda fase do processo de negociação do reconhecimento, provocou uma situação que Amado Cervo chamou de "leilão da independência", em que concessões excessivas foram outorgadas pelo Brasil com o objetivo de acelerar um processo que, diante das novas configurações do sistema internacional, mostrava-se inevitável. Esse primeiro fracasso da diplomacia nacional contrasta com as concepções esclarecidas, autonomistas e pragmáticas dos negociadores brasileiros liderados por José Bonifácio no estágio inicial das tratativas.

Pior nota
Anônimo - 15

O reconhecimento da independência do Brasil ante Portugal remonta de fatos ocorridos na virada do século XVIII para o século XIX. Nesse contexto, o aumento da importância relativa do Brasil em termos econômicos passou a influenciar o pensamento de membros da corte em Lisboa, no sentido de transferir a sede do Reino de Portugal para o atlântico sul, a fim de administra-lo mais eficazmente a partir do Rio de Janeiro. Em termos sistêmicos, a consolidação da fase expansionista da França imperial, sob o comando de Napoleão I, impeliu o então Príncipe-regente João a escolher entre permanecer em Portugal ou transferir a corte para o Brasil. Após o malogro de sua campanha militar contra a Grã-Bretanha, a França decidiu estrangular a economia britânica por meio do bloqueio continental. Diante do bombardeio britânico à Dinamarca, que havia decidido cumprir o decreto de Napoleão I, o príncipe-regente português optou por manter-se firme na aliança

com a Grã-Bretanha, cujo marco havia sido o Tratado de Methuen, de 1703. Com efeito, a corte portuguesa instalou-se no Rio de Janeiro em 1808, devido ao apoio britânico.

Com a transmigração da corte, de acordo com a análise de Maria Odila Dias, o Brasil passou a dispor tanto da proeminência econômica, como também do controle do aparato estatal português. Influenciado pelas ideias liberais do Visconde de Cairu, príncipe-regente João decidiu promover a abertura dos portos às nações amigas e revogar o alvará de proibição das manufaturas expedido por D. Maria I no século anterior. Por meio da abertura, era esperado o desenvolvimento de Portugal, na medida em que a consolidação tarifária era de 16% para produtos portugueses e de 24% para produtos de outros países. Interessada em manter sua posição de primazia sobre o mercado português (o qual incluía o Brasil), a Grã-Bretanha, por meio do Lorde Strangford, negociou dois instrumentos que garantiriam a posição britânica sem reciprocidade, na medida em que os produtos exportados por ela gozariam de 15% de tarifa.

Disposto a garantir sua posição no Congresso de Viena (1814-15), o príncipe-regente João elevou o Brasil à condição de Reino Unido, e foi coroado rei D. João VI no Rio de Janeiro. Relegado a segundo plano, o território português na Europa começou a orquestrar movimentos capazes de obrigar o retorno da corte portuguesa a Lisboa. Em paralelo, D. João VI iniciou um movimento de devolver a glória de Portugal por meio da constituição e um grande império nas Américas. Nesse sentido, as invasões portuguesas a Caiena (devolvida à França em 1817 em troca do reconhecimento do rio Oiapoque como limite com o Amapá) e as incursões na Banda Oriental do rio da Prata (posteriormente incorporada como província Cisplatina) demandaram recursos financeiros de grande monta.

As reações aconteceram tanto interna quanto externamente. Em 1817, a Revolução Pernambucana lutava contra o aumento excessivo de impostos em um contexto de rarefação do comércio de açúcar. Em Portugal, a Revolução Constitucionalista do Porto, na onda das revoluções liberais da década de 1820, exigiu o retorno imediato de D. João VI para jurar uma constituição. A fim de manter o status especial do Brasil, José Bonifácio despachou instruções específicas nesse sentido, contudo as cortes portuguesas desejavam o retorno do Brasil à situação de colônia. D. João VI retornou a Portugal, porém deixou seu filho, Pedro de Alcântara, como regente. Ciente da necessidade de garantir a posição do Brasil, Bonifácio passa a articular-se com as elites de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro para promover a independência da maneira mais controlada possível, com o intuito de preservar a unidade territorial e conter elementos dissidentes. Com efeito, o movimento de independência foi articulado em torno da figura de Pedro, um Bragança herdeiro do trono de Portugal.

Ainda nas reuniões da Assembleia Constituinte, Bonifácio começou a apresentar divergências entre seu projeto e os desígnios de D. Pedro I. A Constituição de 1824 foi, então, outorgada, de modo a demonstrar os desejos do imperador. Internacionalmente, conforme destaca Amado Cervo, o Brasil realizou uma leitura simplista de seu interesse nacional, ao eleger um objetivo estritamente estatal, o reconhecimento de sua independência, como sua meta-síntese. Com efeito, as negociações com as potências envolveram o reconhecimento a qualquer custo, de modo que a incipiente indústria existente e os interesses dos produtores agrícolas locais foram sacrificados.

O afastamento de Bonifácio é epítome dessa leitura limitada. Argumentos em favor do liberalismo da elite política negociadora não se sustentam, na medida em que houve

apenas uma concessão unilateral de benefícios comerciais em troca de um reconhecimento não ameaçado, porquanto Portugal não dispunha de meios e a Santa Aliança não conseguiria intervir sem Grã-Bretanha e França, as quais não eram contrárias à independência. Desde o Congresso de Verona, Londres apoiava incondicionalmente as independências nas Américas, com vistas a obter mercados para seus produtos industriais em regime especial. Sem embargo, no caso brasileiro, havia a necessidade de manter o apoio português com variável a ser considerada. Assim, Charles Stuart foi instruído a negociar primeiramente os interesses portugueses (preferências comerciais em tratado desigual e proibição de unificação com territórios africanos) para então representar os interesses britânicos. Com efeito, a percepção mais apurada do interesse nacional permitiu aos britânicos extrair a maior parcela possível em troca de um reconhecimento que nunca esteve de fato ameaçado, ao impor os mesmos termos dos tratados de 1810 com Portugal ao Brasil, além de obter vantagens para os portugueses, os quais haviam perdido sua colônia mais rica. Gradualmente, as demais potências firmaram reconhecimentos lastreados em termos semelhantes, de modo que se conformou o sistema de tratados desiguais, que incluía também os Estados Unidos.



Questão 2

Algumas interpretações da política brasileira após a Segunda Guerra Mundial são fragmentadas e tendem a encarar as relações exteriores do Brasil como mero reflexo da orientação dos Estados Unidos da América. (…) Uma avaliação desse período demonstrará o poder de barganha do Brasil diminuindo rapidamente, com a dificuldade de conduzir uma política autônoma sendo explicada tanto pela situação internacional quanto pelo equilíbrio político interno. (Gerson Moura. Relações Exteriores do Brasil, 1939-1950. Mudança na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012, p. 27 - com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, disserte sobre a influência das modificações sistêmicas internacionais nas relações exteriores do Brasil no período presidencial de Eurico Gaspar Dutra e sobre a influência da situação da política doméstica do Brasil na condução de sua política externa no mesmo período.

Média: 26,57 amp. / 23,86 cotas negros
Desvio padrão: 2,20 / 3,35 cotas negros

Larissa Ferreira da Silva – 29

O governo de Eurico Gaspar Dutra teve lugar em período de grandes alterações sistêmicas, tanto no âmbito interno como no âmbito externo. No governo Vargas, o Brasil alinhou-se aos Estados Unidos, participando de forma ativa na Segunda Guerra Mundial, o que lhe proporcionou projeção no cenário regional e internacional. Em razão disto, o país também participou das conferências internacionais que formaram a ordem internacional posterior, e na qual já se anunciava a conformação da dinâmica da Guerra Fria. No plano interno, a incongruência entre a ditadura de Vargas e a luta pela democracia contra as potências do Eixo levou à redemocratização do país, consubstanciada na eleição de Dutra e na promulgação da Constituição de 1946.

Uma das principais características da ordem do pós-guerra foi a consolidação dos Estados Unidos como potência mundial, líder do mundo livre. O Brasil, em razão da sua aliança estratégica com a superpotência durante a guerra, decidiu-se pela manutenção do alinhamento que, entretanto, não gerou recompensas para o país. No pós-guerra, a América Latina e o Brasil passaram a ocupar lugar secundário na agenda americana, que volta sua diplomacia e seus recursos econômicos para a Europa e para a Ásia. Apesar do ponto IV de Truman apontar para possível cooperação, esta não se efetivou em termos substanciais. No Brasil, a Missão Abbink ficou aquém do esperado, gerando parcos resultados na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos já no governo Vargas. A orientação americana passa a ser de que os recursos para o desenvolvimento deveriam advir da iniciativa privada, e para atraí-los, os países periféricos deveriam promover política econômica liberal. Conquanto tenha insistido na noção de uma aliança especial com os Estados Unidos, o Brasil também

envidou esforços de inserção na ordem liberal nesse momento, sendo que nenhuma das iniciativas ensejou os resultados esperados.

No plano econômico, o governo Dutra busca alinhar as políticas brasileiras ao liberalismo proposto pelos Estados Unidos. No plano interno, isto se coaduna com o processo de urbanização e desenvolvimento industrial, que fortalece uma classe social cujos interesses se harmonizam com o liberalismo. Nesse sentido, a política externa de Dutra mantém o compromisso assumido na Conferência de Bretton Woods de manutenção do câmbio valorizado e de livre comércio, o que é possível graças à ilusão de divisas provenientes da guerra, mas que não perdura em todo seu governo. Em face dos amplos déficits há reversão dessa política ainda que sem a retirada do compromisso internacional. Durante o governo Dutra também é negociado o GATT e a frustrada criação da OIC, ocasião em que o Brasil novamente se alinha aos interesses ocidentais. Entretanto, já nesse período começa o desenvolvimento de posições mais autônomas no âmbito econômico, como demonstram as manifestações reivindicando ajuda ao desenvolvimento e a criação da CEPAL no âmbito da ONU, apesar das manifestações contrárias americanas.

A ONU foi a indicação mais forte da crescente importância do multilateralismo na ordem internacional, tendo o Brasil prontamente se engajado nesse âmbito. O Brasil participa ativamente da Conferência de São Francisco por meio de sua delegação chefiada por Cyro Freitas do Valle, buscando influenciar a configuração do sistema onusiano. Apesar de não ter conseguido assento permanente no Conselho de Segurança, é eleito membro rotativo do órgão. Ademais Oswaldo Aranha tem participação destacada na organização, presidindo a primeira Assembleia Geral. Já nesse momento, o Brasil se mostra engajado no multilateralismo, enquanto tenha adotado política de alinhamento aos Estados Unidos e aos países europeus, votando sempre de acordo com esses países nas resoluções da Assembleia Geral. Esse fator está relacionado à auto-percepção brasileira enquanto país ocidental capitalista que deveria agir de acordo com esse bloco. Nesse sentido, o país apoia o colonialismo europeu, o que causa estranhamento em razão do seu passado colonial. Por outro lado, também nesse âmbito já há indicação de defesa do interesse nacional, como mostram as iniciativas que buscam reforçar o ECOSOC e também as preocupações do país com a questão da tecnologia nuclear.

Um dos fatores primordiais da política externa brasileira de Dutra foi o combate ao comunismo, o que teve relação com fatores internos e externos. O anti-comunismo ferrenho de Dutra levou o presidente a romper as relações recentemente restabelecidas com a União Soviética e a colocar o partido comunista brasileiro na ilegalidade, cassando seus membros que haviam sido eleitos. Essa política foi além da recomendação americana, demonstrando a aversão interna à ameaça comunista e a busca da identificação com o Ocidente Capitalista. Tratava-se de questão de segurança nacional, linha que foi de orientação tanto da política interna como da externa.

No âmbito regional, o governo Dutra também buscou uma política orientada pelo alinhamento aos Estados Unidos, visto como fator de prestígio, e pela luta contra o comunismo. Desde a conferência de Chapultepec, o Brasil busca liderar esforços latino-americanos de colaboração com os Estados Unidos dentro de um novo sistema internacional, tendo inclusive defendido a extensão de convite à Argentina para a Conferência de São Francisco. O Brasil busca posição d intermediação dos Estados Unidos com a América Latina novamente ao sediar a conferência que ensejou a criação do TIAR em 1947. Nessa conferência já pode ser notada preocupação quanto à ameaça comunista, a

qual orienta as relações intercontinentais por longo tempo. Também é criada a OEA em 1948, sob a liderança dos Estados Unidos, garantindo a influência preponderante desse país sobre todo o continente. O conflito leste-oeste, que se acirra no momento, domina a pauta da política externa brasileira, ao contrário do que ocorre na Argentina que, apesar de aderir ao TIAR, adota posição mais autônoma em outros temas e busca desvencilhar-se da influência americana em temas econômicos, por exemplo. No Brasil esse conflito é associado à crescente divisão da sociedade entre entreguistas e nacionalistas, a qual se acirra ao longo da República Democrática e contribui para o cenário do golpe civil-militar de 1964.

A política externa brasileira no governo Dutra foi marcada pelo alinhamento aos Estados Unidos e ao Ocidente, o que perdurou até a Política Externa Independente. As expectativas iniciais brasileiras de ganhos de prestígio e de auxílio ao desenvolvimento frustraram-se, apesar da percepção inicial de que o Brasil estava bem posicionado no pós-guerra, em razão da sua atuação no conflito. A aliança com os Estados Unidos não gerou os benefícios esperados, conforme apontou o memorando da frustração do chanceler Raul Fernandes. No âmbito regional e multilateral, a experiência que o Brasil adquiria na participação em foros internacionais possibilitou o desenvolvimento de expertise diplomática, a qual foi bem aproveitada em períodos posteriores.

Matheus Machado Hoscheidt – 29

O governo de Eurico Gaspar Dutra marca a entrada do Brasil na Guerra Fria. Nesse período, dadas as significativas modificações sistêmicas internacionais, cabe analisar seus impactos nas relações políticas domésticas. De modo análogo, é preciso atentar para as dinâmicas políticas internas que definiram a política externa do primeiro presidente da República Liberal.

No pós Segunda Guerra Mundial, inicia a dinâmica de consolidação de blocos da Guerra Fria. Com a Guerra Civil da Grécia, o governo Truman definiu o Plano Marshall para buscar barrar a expansão do comunismo na Europa. Com a expansão do plano para todos os países da Europa Ocidental, o plano transformar-se-ia no maior pacote de ajuda já visto até então. Após o telegrama secreto de George Kennan, o anúncio da Doutrina Truman em 1947 consolidou a dinâmica da chamada Guerra Fria Clássica. Nesse contexto, Dutra buscou marcar seu alinhamento com o bloco ocidental. Desde a Segunda Guerra Mundial, em face do sucesso da barganha da equidistância pragmática de Vargas, o governo brasileiro afirmou-se como subscrito à ordem de Bretton Woods dos países ocidentais. Com o fim da Guerra, o país subscreveu-se também à Ata de Chapultepec sobre a defesa continental. Mais tarde, no Rio de Janeiro, Dutra foi entusiasta do TIAR. Em Bogotá, além disso, o país afirmou-se como membro fundador e atuante da OEA, que substituiu a União Pan-Americana.

O alinhamento brasileiro visava receber contrapartidas por parte do governo americano, a exemplo do Plano Marshall para a Europa e do Plano Colombo para a Ásia. Nesse sentido, na sequência das Missões Taub e Cook, o ministro Otávio Bulhões promoveu a vinda de estudiosos econômicos americanos na chamada Missão Abbink. Essa missão ficaria encarregada de analisar potencialidades econômicas da economia sul-americana. Ao fim de seus trabalhos, entretanto, apenas recomendou a criação da Comissão

Mista Brasil-EUA de Desenvolvimento Econômico, a qual passaria a atuar durante o governo Vargas. Em termos de financiamento, a parceria com os EUA mostrou-se insuficiente, o que ensejaria o envio do chamado "memorando da frustração" ao embaixador americano no Rio de Janeiro por parte de Raul Fernandez, chanceler do governo Dutra. A tentativa falhada de conseguir contrapartidas econômicas deveu-se, também, a uma interpretação equivocada das prioridades geopolíticas americanas no pós Segunda Guerra. Com a expansão soviética no leste, com a Guerra Civil Grega e com a Revolução Chinesa em 1949, os EUA priorizou a ajuda econômica e a contenção securitária na Europa e na Ásia, nos marcos da OTAN e da OTASE.

O cenário de Guerra Fria encontrou seu paralelo na política doméstica por meio do combate ao comunismo. Com a Lei Agamenon Magalhães e a volta do pluripartidarismo, UDN, PSD e PB iriam se consolidar como os principais partidos nacionais. No final do governo Vargas, após soltar Luis Carlos Prestes, o PCB também ganhou novo ensejo. Nas eleições de 1945, por exemplo, foi o quarto partido mais votado, e o mandato de Prestes apenas não superou o número de votos de Vargas. Em ânsia anticomunista, Dutra promoveu o fechamento do PCB e a cassação de seus mandatos, restringindo a atuação da esquerda a alas incipientes do PTB. Em face disso, e depois de protestos de políticos soviéticos, Dutra romperia também as relações diplomáticas com a União Soviética. Esse rompimento não se deu com base em pedido dos EUA, os quais nunca romperiam relações com os soviéticos. A partir de 1947, a luta comunista seria intensificada por meios não partidários, a exemplo do conteúdo de radicalização do Manifesto de Prestes de 1948 e do Manifesto de Agosto de 1950.

A influência americana, que teve novo ensejo durante o governo Dutra, seria ampliada pela via institucional dos militares, de que Dutra fazia parte como general. Em 1949, cria-se a Escola Superior de Guerra, com base na preparação de Salvador César Obino no National War College americano. Essa instituição seria a base posterior da Doutrina de Segurança Nacional dormulada por Golbery do Couto e Silva, fortemente influenciado pelo combate à ameaça comunista. A luta contra o comunismo ficaria clara, outrossim, na recusa brasileira em reconhecer a China comunista em 1949 – o que também não foi feito pelos Estados Unidos.

A adesão de Dutra à ordem estabelecida pelas potências ocidentais no pós-guerra fundamentou também a recusa do governo em afastar-se dos marcos de Bretton Woods. Ao longo da primeira metade de seu governo, em face da adesão ao padrão dólar-ouro, ocorreu uma forte perda das reservas internacionais acumuladas durante a Segunda Guerra Mundial. Ao invés de desatrelar o cruzeiro do dólar, o governo Dutra preferiu apenas adotar as guias de importação e, assim, restringir a capacidade de importar do país. Além da questão econômica, destaca-se o início da cooperação tecnológico-científica com os EUA, com a criação do CNPq logo no final do mandato do general.

A atuação em política externa do governo Dutra teve importantes determinantes internos e externos. Externamente, destaca-se a formação do bloco ocidental e das instituições desse bloco no contexto de Guerra Fria. No plano interno, destaca-se a redemocratização pós-Vargas e a consolidação do primeiro longo período de pluripartidarismo com partidos de base nacional. Diferentemente da Primeira República, os partidos pós-Vargas consolidaram, progressivamente, sua base de sustentação social. Nesse contexto, Dutra, do PSD, fora eleito com apoio parcial do PTB, o qual, fruto do trabalhismo e do queremismo, não teve tempo hábil para lançar candidatura própria. Nesse

sentido, ao longo de seu mandato, Dutra perdeu, progressivamente, seu apoio nas alas do PTB, além de, obviamente, recrudescer a atuação extraoficial do PCB. A UDN, que teve Eduardo Gomes como candidato concorrente de Dutra, consolidou, outrossim, cada vez mais, seu papel de oposição política à direita.

O memorando da frustração de Raul Fernandes resume os parcos resultados da política que Mônica Hirst chama de "alinhamento sem recompensas". De fato, as recompensas americanas ao governo pró-EUA do continente viriam, de forma ainda insuficiente, a partir do Ponto IV do discurso de reeleição de Truman em 1949. Ao final da década de 1950, após visita marcada por protestos de Nixon à América Latina e após a Revolução Cubana, o contexto de Guerra Fria permitiria maiores retorno nos marcos da OPA. Com Dutra, portanto, o alinhamento não rendeu frutos, dada a prioridade estratégica atribuída à luta anticomunista na Europa e na Ásia durante os primeiros anos da Guerra Fria.

Pedro Henrique de Sousa Zacarias – 29

As relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos representaram eixo prioritário da política externa ao longo do governo de Eurico Gaspar Dutra, sendo diretamente impactadas pelos câmbios observados em nível sistêmico, relacionados à emergência da ordem bipolar da Guerra Fria. Nesse contexto, a política externa de Dutra costuma ser caracterizada em termos de alinhamento automático aos EUA, ainda que este não tenha rendido as recompensas inicialmente esperadas pelo país. O imperativo da luta anticomunista foi incorporado pelo Brasil tanto em sua política interna como em suas relações exteriores, de modo que o mesmo não esteve dissociado das estratégias desenvolvimentistas em curso no país, desde o início da década de 1940.

Com a ascensão de Gaspar Dutra à presidência, em 1946, o Brasil esperava, fundamentalmente, a manutenção da relação especial com os EUA, gestada ao longo da 2ª Guerra. Com a participação brasileira no conflito e a consequente inserção do país na ordem multilateral emergente, por meio da adesão à Carta da ONU na conferência de São Francisco, e às instituições de Bretton Woods, FMI e Banco Mundial, além do GATT (diante da impossibilidade de constituição da Organização Internacional do Comércio), o Brasil supunha gozar de posição privilegiada junto a Washington. Nesse sentido, não faltaram demonstrações de adesão do governo ao americanismo ao longo da presidência de Dutra. Este foi, inclusive, o primeiro chefe de Estado brasileiro a realizar visita oficial àquele país (a visita de D. Pedro II, em 1876, havia sido a título pessoal).

No plano hemisférico, a orientação americanista da política externa traduziu-se em apoio irrestrito ao processo de institucionalização do Panamericanismo no pós-guerra. A celebração do TIAR, em conferência realizada em Petrópolis, em 1947 ("Pacto do Hotel Quitandinha") simbolizou o entusiasmo brasileiro com a proposta norte-americana de segurança coletiva. A criação da OEA, na Conferência de Bogotá, de 1948, seria a consolidação desse projeto, inserindo o continente sob a égide da hegemonia norte-americana.

Esse processo foi pautado, em grande medida, pela emergência da ordem bipolar que, sobretudo a partir de 1947, oporia o bloco ocidental capitalista, capitaneado pelos EUA, ao bloco comunista, sob liderança da URSS, ao longo da Guerra Fria. A "cortina de

ferro" que, como observara Churchill, separava a Europa em blocos antagônicos obrigou a reavaliação da estratégia norte-americana em termos geopolíticos, a qual teve na doutrina de contenção, proposta, entre outros, por George Kennan, um de seus pilares principais. Com o combate ao comunismo alçado a prioridade da política externa norte-americana, o alinhamento do Brasil ganhou contornos cada vez mais ideológicos, assinalados tanto em posições em foros internacionais como na política doméstica.

O anticomunismo de Eurico Gaspar Dutra não foi, contudo, uma escolha de ocasião, mas característica importante de seu perfil político. No âmbito interno, destaca-se, nesse sentido, a opção pela ruptura das relações com a URSS, em 1947, na esteira de episódios envolvendo supostas críticas de Moscou ao Brasil em veículos da imprensa, e a proscrição do Partido Comunista Brasileiro, após breve interregno de legalidade entre 1945 e 1947. A presença dos comunistas na cena política interna havia sido explicitada pela votação expressiva do PCB nas eleições de 1945, com a eleição de Prestes como senador e com cerca de 10% dos votos para o candidato comunista às eleições presidenciais, Yedo Fiúza. Com efeito, o avanço anticomunista do governo Dutra superou, em alguma medida, o próprio engajamento norte-americano (a ruptura com a URSS, por exemplo, foi decisão unilateral do Brasil).

Entretanto, não convém dissociar o "alinhamento ideológico" do governo Dutra dos propósitos mais pragmáticos de desenvolvimento nacional. Ao Brasil, interessava a obtenção de apoio norte-americano, preferencialmente sob a forma de investimentos oficiais, em prol de projetos desenvolvimentistas, a exemplo do que ocorrera, em 1942, com a criação da CSN, em Volta Redonda. Destaca-se, a esse respeito, a vinda da Missão Abbink ao país, em 1948, que identificou a existência de gargalos infraestruturais e prescreveu uma série de medidas institucionais, sem, contudo, garantir investimentos oficiais, pois os EUA demonstraram preferência pela atuação de investimentos privados no país. Não escapava à diplomacia brasileira a discrepância dessa dinâmica em relação ao tratamento dado à Europa Ocidental no âmbito do Plano Marshall, por exemplo. A doutrina Trumann, elaborada em 1947 para fazer frente à nova realidade bipolar, legava à América Latina importância secundária. O chamado "Ponto IV", que propunha a oferta de assistência técnica como forma de combate ao comunismo nos países necessitados, foi a iniciativa que oferecia maiores oportunidades aos desígnios brasileiros, a despeito de suas limitações. Foi sob a égide do Ponto IV, por exemplo, que o Brasil acordou, já ao final do governo Dutra, a criação da Comissão Mista Brasil-EUA, que entraria em operação no governo Vargas.

A referida aliança sem recompensas aos EUA orientou, ainda, a postura brasileira em importantes discussões no âmbito da ONU, a exemplo do apoio brasileiro ao Plano Baruch, sobre contenção da proliferação nuclear, ou às operações militares na Grécia e na Turquia. Entretanto, os parcos resultados concretos desses esforços, observados por Raul Fernandes no "memorando da frustração" entregue ao embaixador norte-americano, favoreceram a paulatina revisão desse alinhamento, nos anos posteriores.

Conforme observa Gerson Moura, a compreensão do alinhamento de Dutra ao paradigma americanista da política externa deve ser matizado pela dissolução das condições sistêmicas que haviam, em período anterior, favorecido a barganha, bem como pela dinâmica política interna. Dessa forma, como, diante do contexto de bipolaridade da Guerra Fria, os EUA não precisavam do Brasil da mesma forma que à época do esforço de

guerra aliado, a adesão brasileira ao anticomunismo não rendeu os frutos esperados pelo país, o que favoreceria a formulação posterior de estratégias mais autônomas.

Sarah Cruz Ferraz - 29

O governo Eurico Gaspar Dutra iniciou-se sob o signo do imediato pós-II Guerra Mundial. Enquanto, no plano internacional, erigiam-se as instituições multilaterais que conduziriam a uma nova ordem internacional, no plano doméstico, tinha início o primeiro período plenamente democrático do país. Ao longo desse governo, a emergência de um sistema bipolar bem como a formação de grupos políticos com visões de mundo distintas no plano interno exerceriam influência relevante sobre a condução da política externa brasileira.

A participação ativa do Brasil na II guerra Mundial trouxe consequências relevantes para a política doméstica e para a política externa do país. Nesse sentido, o combate, ao lado das potências aliadas, contra o autoritarismo nazifascista, acentuou as contradições internas da ditadura varguista e contribuiu para o processo de redemocratização em 1945. Nas eleições presidenciais verificou-se, de forma inédita, ampla participação popular e o país apresentou, pela primeira vez, a formação de partidos nacionais com projetos e visões distintos. Foi significativo, por exemplo, o ganho político e eleitoral do PCB, o qual conquistou número relevante de cadeiras parlamentares e 10% dos votos para seu candidato à presidência Yedo Fiúza, a despeito de ter permanecido a maior parte do tempo, desde a sua fundação, na ilegalidade.

No âmbito internacional, a vitória das forças Aliadas levou à consolidação, no plano institucional, do multilateralismo de cunho liberal capitaneado pelos EUA. Antes mesmo do fim das hostilidades, na Conferência de Bretton Woods, estabelecia-se a arquitetura básica do sistema financeiro mundial que consolidava, no plano institucional, a hegemonia do dólar norte-americano sob a forma do padrão dólar-ouro. Essa arquitetura financeira seria completada, ainda que sem a criação de uma instituição, com a assinatura do Acordo GATT em 1947. No plano político, a fundação das Nações Unidas, em 1945, seria o marco fundamental para a estruturação de um sistema multilateral de segurança coletiva. Paralelamente a esse avanço institucional, desfeita a aliança conjuntural entre a URSS e as demais potências aliadas, reemergiram as divergências entre os dois sistemas políticos opostos e teve início, a partir da Doutrina Truman (1947), o conflito bipolar.

O Brasil, dentro dessa conjuntura internacional, pautou sua política externa pelo americanismo e pelo engajamento ativo nas instituições multilaterais que se formavam. A exitosa aliança com os EUA durante a Guerra, a qual contribuiu para a modernização das Forças Armadas brasileiras e para projetos considerados vitais para o desenvolvimento industrial do país era vista, nos anos iniciais do Governo Dutra, como fundamental para o país. Desse modo, o Brasil adotou, nos anos iniciais do governo, políticas econômicas liberais e consoantes com os compromissos assumidos em Bretton Woods. No contexto do confronto ideológico da Guerra Fria que então se desenhava, o Brasil posicionou-se, de forma inequívoca, ao [lado do]bloco de poder Ocidental liderado pelos EUA. Não por acaso, o Brasil participou ativamente da constituição do sistema multilateral hemisférico, sediando a Conferência que levou à assinatura do TIAR e participando da Conferência de Bogotá, a qual criou a OEA.

Internamente, a política doméstica do governo Dutra parecia sintonizar-se com os enfrentamentos ideológicos da Guerra Fria. Com base nos dispositivos da lei Agamenon Magalhães, que obrigava os novos partidos a terem caráter nacional, foi efetuado o fechamento do PCB e a cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos sob essa sigla. Também foram efetuadas perseguições aos movimentos sindicais e restringiu-se o direito de greve. Em 1947, como reflexo mais da conjuntura interna de combate ao comunismo que por determinação externa, o governo Dutra rompe relações diplomáticas com a URSS, dois anos após tê-las estabelecido.

Essa postura americanista do governo Dutra, embora tenha permanecido como linha fundamental de ação da política externa brasileira ao longo de todo o período, não ficou imune à adoção de postura demandante por parte do Brasil em relação à principal potência hemisférica. A partir de 1947, quando os ditames da Doutrina Truman ganham contornos efetivos por meio de financiamentos a espaços estratégicos como a Europa Ocidental (Plano Marshall) e Ásia (Plano Colombo), a América Latina e o Brasil, considerados pelos EUA como "áreas de baixa pressão", se veem preteridas na recepção de ajuda para o desenvolvimento. Ciente desse novo contexto internacional, a diplomacia brasileira adotará postura demandante tanto no âmbito bilateral, quanto no âmbito multilateral.

Em que pesem as interpretações recorrentes do governo Dutra como submisso aos ditames da política externa dos EUA o que se percebe, especialmente na segunda metade do seu governo, é um posicionamento ativo para a conquista de apoio efetivo do governo estadunidense ao projeto desenvolvimentista nacional. No plano multilateral, percebe-se esse ativismo em prol do desenvolvimento, por exemplo, na Conferência de Havana de 1948, na qual discutia-se eventual criação de uma Organização Internacional do Comércio (OIC). No plano bilateral, os esforços brasileiros levaram à vinda da Missão Abbink, a qual teve poucos resultados práticos, e à constituição, no apagar das luzes do governo Dutra, da Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU). Foi marcante, também, a entrega, por parte do chanceler brasileiro Raul Fernandes, do chamado "Memorando da Frustação", o qual reconhecia os avanços tímidos no fornecimento, pelos EUA, de recursos financeiros para a promoção do desenvolvimento nacional.

Ao longo do Governo Dutra, foram desfeitas as ilusões de continuidade do relacionamento especial com os EUA construído no contexto da II Guerra. Ao mesmo tempo em que mantinha sua firma opção pelo Ocidente capitalista e combatia internamente o movimento comunista, o governo Dutra vai assumindo, progressivamente, postura demandante frente aos EUA. No âmbito multilateral, o país procurou participar ativamente da construção das novas instituições balizadoras da nova ordem internacional liberal.

Pior nota
Anônimo - 19

O fim da Segunda Guerra Mundial ensejou modificações sistêmicas que afetariam as possibilidades da política externa brasileira no governo Dutra. Nesse sentido, haveria grande ênfase norte-americana para a reconstrução europeia, com o plano Marshall, e na Ásia, onde ocorrera a revolução comunista chinesa em 1949 e eclodia a guerra da Coreia.

Nesse contexto, a América Latina era considerada área estável, onde ocorreram processos de redemocratização, além de haver manutenção de acordos que manteriam estabilidade nos relacionamentos bilaterais, reforçados com a criação da OEA e do TIAR, em 1948 e 1947. Essa alteração não fora inicialmente entendida pelo governo, que lidava, internamente, com dificuldades econômicas, ensejando a adoção de medidas ortodoxas recessivas, além do afastamento do PTB da base do governo. Consequentemente, aspectos externos e domésticos influenciaram a condução da política externa do governo Dutra, que tentaria manter os benefícios da aproximação com os EUA do governo anterior, mas sem excluir outras opções.

Externamente, a América Latina deixara de ser compreendida pelos EUA como região com instabilidades ou oposições, como fora vista a neutralidade argentina, chilena e boliviana durante grande parte da Segunda Guerra Mundial. As percepções da essencialidade do Brasil e de suas áreas estratégicas, com as bases militares instaladas no Nordeste e no Sul, também foram reduzidas. Comparativamente, a situação europeia, com avanço dos partidos comunistas nas eleições do pós-guerra, além da consolidação soviética, que podia expandir-se para a Grécia, era percebida com maior preocupação imediata, havendo a criação da OTAN, além do plano Marshall. O governo Truman, com a política do Ponto IV, daria maior ênfase para a Ásia, em que a presença comunista era compreendida como mais perigosa, não somente na Coreia, mas também em países como a Malásia, sendo essencial, de acordo com a teoria do dominó, o fortalecimento de aliados como as Filipinas, Coreia do Sul e Japão. Os benefícios direcionados ao Brasil, na Segunda Guerra, como o lend & lease e os acordos de Washington, consequentemente, seriam mais aspectos conjunturais do que uma tendência permanente de aproximação. Deve-se ressaltar, também, que os EUA haviam concluídos acordos militares semelhantes com países vizinhos, de forma que não houvera, necessariamente, um tratamento preferencial ao Brasil.

Em contrapartida, os ânimos da diplomacia acerca da aproximação com os EUA na Segunda Guerra ensejariam a expectativa de continuidades. Nesse sentido, o Brasil sediaria a conferencia para o tratado do TIAR, no ano de 1947, em Petrópolis. O Brasil seria, também, membro fundador da OEA e, durante sua presença como membro não permanente no Conselho de Segurança, recusaria propostas soviéticas que condenavam interferências de países europeus. Apesar disso, o país não conseguiria manter a continuidade dos investimentos estadunidenses, que rapidamente se direcionariam a outras áreas, gerando a perda de divisas que haviam sido acumuladas na Segunda Guerra, porquanto o Brasil aderira ao câmbio fixo estabelecido em Bretton Woods.

Consequentemente, houve rápida deterioração da situação do balanço de pagamentos em um contexto no qual o governo tinha adotado medidas anti-inflacionárias, gerando insatisfação com os rumos da economia em comparação com outras regiões do mundo. Além disso, o governo Sutra afastaria-se do PTB, formando coalisão com a UDN, alterando as dinâmicas iniciais do governo domesticamente. No entanto, pode-se afirmar que houve estabilidade, principalmente devido ao apoio dos militares, que, em 1949, estabeleceriam a Escola Superior de Guerra, cujas perspectivas de segurança coletiva coadunavam-se com a posição americanista num momento inicial. O caráter ideológico seria marcante para a proibição de greves e na aplicação do atestado de ideologia nos sindicatos, havendo repressão aos comunistas, acabando por suscitar o rompimento das relações com a URSS, em que pese não ter havido pressões dos EUA nesse sentido. As

vitórias eleitorais do PCB nas eleições, em que Prestes fora eleito senador e o desconhecido Yedo Fiúza alcançara 10% dos votos para presidente, acentuavam tensões de temor aos comunistas, causando o banimento do PDB. Há, nesse sentido, evidente ligação entre a política externa e a doméstica, porquanto foram as críticas a esse ato por um jornal soviético que embasariam o rompimento das relações.

O governo brasileiro celebraria, ainda, acordos com os EUA, referentes a atividades nucleares e a areias monazíticas, além de prever o estabelecimento de uma comissão mista, que somente se concretizaria no governo seguinte. Esses acordos não dariam o retorno esperado e provocariam o envio do Memorando da Frustração de Raul Fernandes, em que ele indicava a quebra de expectativas presentes na diplomacia brasileira. Haveria, então, a adoção de uma perspectiva mais crítica, a exemplo do discurso de Neves da Fontoura em 1951, indicando a necessidade de promoção do desenvolvimento na América Latina, a fim de impedir-se a expansão de ideias comunistas. Similarmente, haveria busca de aproximação com países vizinhos, com a assinatura de tratados de comércio.

No âmbito doméstico, a alteração da postura ortodoxa na economia ocorreria com a adoção de um sistema de guias de importação, limitando o livre comércio. Haveria, também, certo afrouxamento dos gastos e a proposição do plano SALTE de investimento, mas que somente seria aprovado no final do governo, tendo poucos resultados além da hidroelétrica de Paulo Afonso, no Nordeste. Apesar do temor aos comunistas, com o surgimento dos chamados "comandos de caça" por civis, haveria a sensação crescente de que a segurança coletiva, instalada pelo TIAR e pela OEA não ofereciam os mecanismos necessários para o desenvolvimento do país. A retomada do crescimento econômico europeu ensejaria, também, uma perspectiva menos atrelada aos EUA, apesar das constantes tentativas de aproximação. Desse modo, o governo Dutra se absteria de comprometer o Brasil em uma presença militar na guerra da Coreia, posição confirmada pelos militares. Dessa forma, a atuação nacional no conflito restringiria-se ao envio de alimentos e de matérias-primas. A aproximação militar, apesar de comissões bilaterais, se enfraqueceria diante da não importância estratégica conferida pelos EUA, tendo esse país se negado a financiar à manutenção de bases criadas na Segunda Guerra.

Desse modo, o governo Dutra foi paradigmático ao entendimento diplomático da necessidade de iniciativas com outros países, além da ênfase no desenvolvimento, mas sem comprometimento das relações com os EUA, a exemplo da CMBEU no governo Vargas. A divisão Leste-Oeste e os conflitos ideológicos dariam lugar a uma maior ênfase a uma perspectiva Norte-Sul, ressaltada pela OPA no governo Juscelino Kubistchek aduz=se que o período do governo Dutra foi, portanto, de adaptação Às novas situações sistêmicas do pós-guerra, consoante a própria delimitação da guerra fria, inicialmente, mais conflituosa e que se estabilizaria com a Détente. O inter-relacionamento da política doméstica e externa também seria característico de momentos posteriores, a exemplo da polemica relacionada ao acordo militar Brasil-EUA como fator de instabilidade no segundo governo Vargas. O entorno regional, com o peronismo, também se mostraria mais presente, incentivando a aproximação com o Paraguai. Dessa maneira, o governo Dutra foi um momento de adaptação da diplomacia pátria consoante mudanças no sistema global.



Questão 3

O colapso da Primeira República e de seus arranjos políticos, que excluíam outras forças sociais que não viessem das oligarquias rurais tradicionais, não se deu pela sonhada revolução proletária de anarquistas e comunistas. Os algozes do regime foram as próprias dissidências oligárquicas aliadas a uma parte importante dos "tenentes", os jovens militares rebeldes. Mas o encontro das dissidências oligárquicas com os "tenentes" não foi direto e rápido. Foi fruto de uma série de articulações políticas feitas a partir de 1927. (Marcos Napolitano. História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: contexto, 2016, p. 86).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo que sintetize o processo de colapso da Primeira República ao longo da década de 20 do século XX, abordando, necessariamente, a Política dos Estados como sustentáculo da República Oligárquica, o movimento tenentistas e o salvacionismo militar.

Média: 19,09 amp. / 18,00 cotas negros
Desvio padrão: 1,47 amp. / 1,21 cotas negros

Felipe Ferreira Marques – 20

Os anos de 1920 assinalam a crise do arranjo oligárquico que havia sustentado a Primeira República. Em função das dissidências oligárquicas, do avanço do tenentismo e do salvacionismo militar, a Política dos Governadores arquitetada por Campo Sales entrou em crise. Esses fatores possibilitariam a constituição da Aliança Liberal e a queda de Washington Luís, tendo como estopim o assassinado do vice de Getúlio Vargas, João Pessoa, da Paraíba. Finalmente, é preciso destacar que a crise de 1929 também se destaca como elemento desestabilizador do modelo econômico agroexportador que sustentou o regime oligárquico de 1889 até 1930.

A crise da Política dos Governadores concorreu para a crise da Primeira República. Campos Sales arquitetou um esquema política que reduzia as discordâncias entre a União e os Estados e favorecia a alternância das oligarquias no poder, sobretudo de Minas Gerais e São Paulo. No contexto do voto aberto, os partidos acionavam a máquina eleitoral com vistas a assegurar as sucessões oligárquicas, processo no qual se destaca a figura dos coronéis no âmbito local e das trocas de favores. Deve-se ressaltar, todavia, que, devido às dissidências oligárquicas, esse processo de alternância foi desafiado de forma sistemática, principalmente nas eleições de Hermes da Fonseca, em 1910, de Artur Bernardes, em 1922 e de Júlio Prestes, em 1930. Mesmo do ponto de vista institucional, o ideal da política dos governadores foi questionado, como ficou claro com a fundação do Partido Democrático em São Paulo, em 1926, que desafiava a hegemonia do Partido Republicano Paulista. As dissidências políticas seriam fundamentais para a fundação da Aliança Liberal no contexto das eleições de 1930 e seu desfecho.

A ideologia tenentista e o salvacionismo militar também se inserem no rol de fatores que levariam ao início da Era Vargas. Nas acirradas eleições de Artur Bernardes, em 1922, foi expressiva a manifestação dos tenentes em desfavor das oligarquias. O movimento dos dezoito do forte insere-se nesse contexto de protesto. Os tenentes, além da forte retórica oligárquica, apresentavam forte caráter nacionalista e autoritário. O movimento ganharia notoriedade com a Coluna Preste, que percorreria o território nacional e daria maior visibilidade ao ideário tenentista. Com o tenentismo, passava-se a considerar o recurso à força como mecanismo de mudança política. Igualmente, surgia a ideia do salvacionismo militar, isto é, de que caberia ao Exército o dever moralizante, mesmo que fosse necessário recorrer às armas. O movimento tenentista foi tão expressivo que Artur Bernardes governou durante quase todo seu mandato em estado de sítio. Fortalecia-se, assim, a crença de que a participação do exército seria imprescindível para o fim do regime oligárquico.

O contexto eleitoral de 1920 foi o estopim que levou ao colapso da Primeira República. Washington Luís, em detrimento dos mineiros, escolheu Júlio Prestes para sucedê-lo como candidato – um paulista considerado estratégico para os planos valorizadores do café. Como resultado, as cisões oligárquicas aprofundaram-se. Fundou-se, nesse contexto, a Aliança Liberal que lança a candidatura de Getúlio Vargas, com o apoio de cisões do Partido Democrático de São Paulo, de parte de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Ainda assim, mormente em função da máquina eleitoral do PRP, Júlio Prestes venceu as eleições de 1930. Todavia, o resultado das eleições é contestado. O pretexto encontrado foi o assassinato de João Pessoa, vice de Getúlio que foi transformado em mártir. Em resposta. Getúlio articulou-se às Forças Armadas, apoiado no ideário tenentista e no salvacionismo, disposto a tomar o poder pela força na suposta Batalha de Itararé, que nunca ocorreu. Como resultado, o regime oligárquico recebeu seu golpe fatal.

Por fim, cabe menção à crise de 1929. Como pontuou Celso Furtado, a crise de 1929 expôs a fragilidade da economia agroexportadora e dos planos de valorização artificial do café, que eram a base econômica de sustentação do regime. Os planos valorizadores, os empréstimos internacionais para mantê-los e para consolidar a dívida – a exemplos do "funding loan" – e as desvalorizações cambiais garantiam a renda dos cafeicultores, mas também promoviam a socialização das perdas e os avanços da inflação, o que reduzia a qualidade de vida das camadas médias urbanas. A crise de 1929 acentuou a descrença no modelo agroexportador e contribuía para a difusão dos ideários anti-oligárquicos.

Um balanço geral indicaria que um intricado rol de fatores concorreu para a crise do sistema oligárquico que caracterizou a Primeira República. Estão entre eles a crise da Política dos Governadores, as cisões e dissidências oligárquicas, o avanço do tenentismo e do salvacionismo militar e a crise de 1929. Esses fatores, somados ao contexto eleitoral de 1930 e ao assassinado de João Pessoa, levaram ao fim do regime oligárquico que, entre avanços e recuos, vigorou entre os anos de 1889 e 1930. (766 palavras)

Bruno Palazon Imparato – 20

Após a "década do caos", como caracteriza R. Lessa, que marcou o início da República brasileira (1889 – 1898), as elites dirigentes, especialmente do PRMG e do PRP, sob a liderança de Campos Salles (membro do PRP e presidente de 1898 a 1902)

construíram um sistema político amparado na "Política dos Estados", ou "dos governadores". Segundo Lessa, esta política criava nova "rotinização" da política interna, após a "desrotinização" que o fim do Segundo Império (1840-1889) ocasionou. Nesse sentido, a fragilização dessa política, bem como os fatores militares do tenentismo e do salvacionismo hermista, estará na base do processo de colapso da Primeira República, ao longo da década de 1920.

Inicialmente, cabe compreender que a "Política dos Governadores", como também explica Lessa, era composta [por uma "Técnica Política" e por "valores substantivos". A primeira remetia ao sistema criado por Salles para garantir o poder das oligarquias dominantes em cada estado da federação. Os governadores garantiam o apoio ao governo central em troca do apoio do executivo central, tanto em termos econômicos (investimentos e vantagens) quanto durante as eleições, já que a comissão verificadora de mandatos do Congresso Federal, controlada pelo presidente da legislatura anterior, que com C. Salles passava a ser um governista garantido, fazia a "degola" de candidaturas opositoras que, mesmo ante o ferrenho controle oligárquico, conseguiam votos. Assim, apenas os candidatos dos partidos dominantes eram confirmados. Já os "valores substantivos" eram uma desideologização política, quiçá uma homogeneização da política nacional, respaldando o sistema. Junto a isso, como ressalva V. Nunes Leal, o voto de cabresto e o coronelismo, comandado pelos líderes locais dessas oligarquias dominantes, mantinham uma estabilidade política, na qual a participação popular era mero referendo especioso.

Comandada por Minas Gerais, que contava com o maior eleitorado, e por São Paulo, que contava com a maior economia, a "Política dos Estados" foi sustentáculo da Primeira República. Seriam justamente as rusgas entre as oligarquias desses estados, no contexto da eleição presidencial de 1912, que fragilizariam pela primeira vez a nova rotina política do Brasil republicano. Não encontrando consenso em uma candidatura para 1912, o PRMG e o PRP romperam o pacto oligárquico. São Paulo e o PR baiano apoiaram a candidatura "civilista" de Ruy Barbosa (que teve 1/3 dos votos totais) e o PRMG e a maior parte das demais oligarquias apoiaram o candidato do Partido Republicano Conservador (PRC), Hermes da Fonseca. Hermes, ex-ministro da guerra de Afonso Pena (1906-1909) e responsável pelas primeiras missões militares do Brasil à Alemanha, que dariam subsídios aos "jovens turcos", foi marcado pelo "salvacionismo". Esse "salvacionismo" de intervenções militares federais junto às oligarquias que não obedecessem os desígnios do governo central, como no caso do governador Accioly e do vice, Padre Cícero, na Bahia. Nesse contexto, a "Revolta de Juazeiro", liderada por Cícero, ao ser vitoriosa contra o governo central, marcou o início do fim do "salvacionismo", ao menos sob Hermes da Fonseca. O progressivo descontrole, como viam os líderes do PRMG e do PRP, do governo Hermes da Fonseca, motivaram a reunificação das oligarquias e um restauro do pacto.

Em 1922, ante a vitória de Arthur Bernardes (PRMG) nas eleições presidenciais, e de uma suposta e inverídica carta na qual Bernardes desmerecia o exército, motivaria o retorno do espírito dos "jovens turcos" e dos princípios do salvacionismo. As revoltas tenentistas de 1922, "18 do forte, e de 1924, "Revolta de Miguel Costa", em SP, bem como a coluna Costa-Prestes, 1924-1927, marcavam a insatisfação das baixas patentes do estamento militar, não somente com a hierarquia militar, como explica J. M. de Carvalho, mas principalmente com o domínio oligárquico da política. Como caracterizou Mário de

Andrade, toda a sociedade, e não só os Modernistas de 1922, estava imbuída de um "espírito destruidor" e contrário às velhas oligarquias. Esse espírito, ante o novo atrito oligárquico pela eleição de 1929 à presidência, subsidiariam a candidatura da Aliança Liberal (Getúlio Vargas) e a posterior Revolução de 1930, que iniciou a Era Vargas, amparada tanto no tenentismo quanto no salvacionismo.

Por questões de ordem social e política, o pacto oligárquico iniciado por Campos Salles não resistiu à ruptura de 1929, ocasionando a deposição de Washington Luís (1930) e o início do governo Vargas. Por fim, a crise econômica de 1929 apenas complementaria um processo de colapso das bases oligárquicas que já estava em curso.

Observações do autor
1 – Quase todos os erros de português e de conteúdo foram mantidos (só foram alterados aqueles erros que impediam a compreensão do texto).
2 - Como escrever tudo isso em apenas 60 linhas? Canetas de ponta fina (0.6 mm), letra pequena, compressão de palavras (as palavras foram escritas de forma completa para o guia, mas um bom exemplo dessa compressão é: população = pop.) e "double-deckers" (escrever em dois andares na mesma linha; não sempre, mas sempre que for necessário para incluir novas informações lembradas a posteriori).

Lauro Grott – 20

A Primeira República iniciou-se sob o signo da "década do caos", segundo Renato Lessa, o que prenunciava os problemas vindouros. A partir do governo Campos Sales, o governo nacional passou a ser regido pela Política dos Estados, segundo a qual o governo federal concedia benefícios aos presidentes da província, enquanto estes garantiam votos nas eleições presidenciais. Nesse sistema, destacava-se o revezamento de poder entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, o qual não ocorreu sem revezes e contestações. Argumentava-se que o aspecto descentralizador da República e a falta de fiscalização acarretavam corrupção e ineficiência, o que foi o mote para a criação do movimento tenentista e para o desenvolvimento do ideal de salvacionismo militar.

Ao longo da década de 1920, o sistema político implementado na I República sofreu diversos abalos. Nas eleições presidenciais para o mandato de 1922, surgiu dissidência ao eixo político MG-SP, que nomeara Artur Bernardes para concorrer à presidência. A Reação Republicana – nome do bloco dissidente – nomeou candidato próprio e, em que pese Bernardes ter vencido, significou que o sistema não funcionava a contento. A política dos Estados funcionava com base no atendimento dos interesses de oligarquias, e estas sempre disputavam pelo poder.

Os tenentes condenavam esse sistema. O movimento tenentista surgira com base na perspectiva de soldado-cidadão, segundo José Murilo de Carvalho, a qual era de fundamento positivista e propugnava a participação do Exército na política. Os tenentes eram contra práticas retrógradas, como o voto aberto, e a forma como se garantiam as eleições, por meio do coronelismo, o qual simbolizava o encontro de interesses entre oligarquias decadentes e a necessidade de votos do presidente de província. É nesse sentido que surgiria o salvacionismo militar, o qual visava a salvar o Brasil de mazelas políticas e

sociais que o acometiam desde o Império e, por que não, desde o período colonial. Os tenentes, em suma, queriam moralizar a República.

O tenentismo, dessa forma, ameaçava o sistema político vigente tanto por querer exterminá-lo quanto em razão de causar dissidências no âmbito do próprio Exército. Se os tenentes eram soldados-cidadãos, seus superiores eram soldados-profissionais, formados na perspectiva militar alemã, à qual eles aderiram quando o barão do Rio Branco enviou-os à Alemanha para treinamento. Estes não acreditavam na intervenção política do Exército e condenavam o tenentismo.

Aliado a esses motivos, os tenentes sublevaram-se em razão da estagnação no avanço da carreira militar e, a partir de 1922, partiram para movimentos concretos, como a revolta do Forte de Copacabana, o levante de Isidoro Dias e a coluna Miguel Costa-Prestes, a qual marchou pelo país propagando o salvacionismo militar e condenando os vícios da República. No governo Bernardes, o mandato praticamente inteiro ocorreu sob estado de sítio.

Em que pese a relativa contenção do tenentismo e a manutenção da Política de Estados, a Primeira República sofreria golpe fatal na sucessão presidencial de Washington Luís, quando houve nova dissidência oligárquica. Nas eleições, Luís, que era paulista, nomeia outro paulista para a corrida presidencial, Júlio Prestes. Surge dissidência em que Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba nomeiam Getúlio Vargas para chefe do Poder Executivo. Vargas perde as eleições, mas, em razão do assassinato de João Pessoa, desencadeia-se processo que culminaria com a Revolução de 1930. O homicídio fora passional, porém foi utilizado como escusa em favor do fim da Política dos Estados, da qual tanto os tenentistas quanto as oligarquias insatisfeitas discordavam.

Em razão do tenentismo e das dissidências, a "colmeia oligárquica" (Lessa) entrou em colapso na Primeira República. A longo prazo, a Política de Estados não se sustentava, na medida em que se baseava em práticas retrógradas e que não abarcava todos os interesses presentes no cenário político nacional. A Revolução de 1930 ocorreu com o fim de sanar esses vícios, o que, em verdade, não ocorreu. Se o Estado passou por processo centralizador na década de 1930, como meio de substituir a Política dos Estados e orientar o desenvolvimento nacional, nem todas as mazelas deixaram de existir. O voto passou a ser secreto, mas continuou a ser utilizado como meio de troca. A corrupção, que o salvacionismo militar dos tenentistas visava coibir, teve curso continuado nos anos seguintes.

Fabio Coelho Caetano Baptista - 20

A Primeira República caracterizou-se por um início e um fim extremamente conturbados. Os anos entrópicos da República da Espada apenas seriam superados plenamente no governo Campos Sales, com as consolidações econômica, sob a forma do Funding Loan, e política, sob a Política dos Estados. A “Invenção Republicana”, na expressão de Renato Lessa, seria testada de diversas formas ao longo de sua existência. O mais sério teste e aquele que redundaria em sua derrocada, seria feito, progressivamente, ao longo de toda a década de 1920, em que se observaram as profundas convulsões sociais e políticas originadas do movimento tenentista. A impossibilidade de conjugar, constantemente, todos os interesses das oligarquias estaduais redundaria, em 1930, na

queda da Primeira República pelas mãos da Aliança Liberal, cujos integrantes estavam longe de ser os anarquistas e comunistas a que faz referência Marcos Napolitano.

A fim de compreender o colapso da Primeira República, deve-se considerar que a estabilidade política do regime somente foi garantida por meio da Política dos Estados, ou Política dos Governadores. O arranjo consistia, essencialmente, em um entendimento entre o governo federal e as elites locais dos Estados que garantia que ambas as partes fossem mutuamente beneficiadas. Quando das eleições nos Estados, em que o voto era público, os chefes locais, em sua maioria coronéis, apoiariam os candidatos do governo e incentivariam o voto popular por meio da entrega das mais variadas benesses materiais. O governo federal, em troca, executaria os projetos de interesse das oligarquias, protegendo seus projetos de poder. A última instância de controle eleitoral, a Comissão Verificadora de Poderes, era encarregada de "degolar" os candidatos oposicionistas que eventualmente obtivessem a eleição. Essa sistemática de controle funcionou razoavelmente bem durante os primeiros anos em que foi implementada, mas logo suscitou questionamentos por parte de militares e das classes médias, cujos interesses eram diversos daqueles das elites locais.

Naturalmente, não se deve conceber os militares como um grupo único e monolítico, já que a divisão entre a alta e a baixa oficialidade era evidente, muitas vezes até mesmo em termos políticos. Nesse sentido, a progressiva consolidação dos interesses dos grupos de militares de patente inferior redundou na formação do denominado movimento tenentista, que se opunha aos desmandos e à corrupção dos setores oligárquicos, exigindo reformas substanciais. O salvacionismo militar também constitui expressão típica da caserna durante a Primeira República. Nos momentos em que o Pacto Oligárquico não funcionava a contento, como durante a eleição de Hermes da Fonseca, era natural de que o Presidente da República buscasse dar voz aos anseios militares pela limitação dos jogos de poder perpetrados pelas elites estaduais, nomeando interventores que deveriam governar as províncias por um período de tempo delimitado.

Como se pode perceber, a Primeira República já dava sinais de desgaste mesmo antes da década de 1920. Nesse período, contudo, as insatisfações dos militares tenentistas e das oligarquias estaduais insatisfeitas explodiriam em uma série de eventos que acabaria por eliminar o regime. Arthur Bernardes governaria por quase todo o seu mandato em estado de sítio, em decorrência dos movimentos e das colunas formadas pelos tenentistas, que não hesitavam em se contrapor ao governo federal. Além dessa instabilidade constante, o regime republicano teria de se conciliar com o fato de que era impossível agradar a elites estaduais tão diversas como as de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e do Nordeste a todo o tempo. Em ocasiões pretéritas, as dissensões entre elas haviam poupado o regime republicano, mas não havia garantia de que isso continuaria a ocorrer. A fagulha gerada pelo movimento revolucionário desencadeado pela Aliança Liberal representaria apenas a culminância das contradições e das fortes instabilidades sobre as quais se sustentava o regime republicano oligárquico.

A implantação da República no Brasil revelava a nítida contradição de se implementar uma forma de governo que preza pela neutralidade diante do patrimônio público em uma nação que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, era caracterizada pelo favor e pelo cunhadismo. Por meio de estratégias de cooptação dos poderosos locais, o governo central logrou impor o federalismo a uma nação de dimensões continentais, ao custo da eliminação da moralidade. As críticas a essas práticas, realizadas por setores militares, redundaram no questionamento violento, amplo e aberto ao regime durante a

década de 1920. As origens do colapso da República Velha, como se pode perceber, vinculam-se à sua concepção.

Pior nota
Anônimo - 15

Após a chamada "década do caos", conforme propõe Renato Lessa, as oligarquias brasileiras buscam estruturar o controle sobre o poder político, mediante mecanismos de coordenação para perpetuação de seus interesses no poder. Não obstante, a existência de divergências de objetivos entre as elites estaduais, bem como a ascensão de novos grupos, em decorrência das rápidas transformações por que passava o país, provocam o progressivo declínio da Primeira República, até seu efetivo colapso com a Revolução de 1930.

Diante da percepção da existência de disputas interestaduais pelo poder, a presidência de Campos Sales firmara mecanismo que assegurava o controle do exercício político pelas principais oligarquias, em fenômeno conhecido como Política dos Estados. Tratava-se da disputa prévia dentro dos partidos estaduais e da definição da liderança que sucederia o presidente em exercício, evitando, desse modo, que as demais camadas sociais participassem do processo político de forma mais direta e representativa. A instituição da Comissão de Verificação de Poderes assegurava válvula de escape caso os procedimentos anteriores fossem insuficientes. Nesse sentido, os deputados que não apoiassem a presidência de turno não seriam aprovados e empossados pelo presidente da Comissão, que era o membro mais antigo da legislatura anterior. Assim, por meio da chamada "degola", mantinha-se o controle do poder político nas mãos das elites econômicas. Esses mecanismos seriam reforçados em 1919, com o chamado Pacto do Hotel Gloria, que, na verdade, corresponde ao ápice da Política dos Estados e do poderio das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. A despeito de controvérsias sobre a real existência de uma "política do café-com-leite", é inegável que representantes dessas duas oligarquias foram majoritariamente os ocupantes da presidência, apesar de se verificarem eleições com efetiva disputa, como a própria de 1919, em que formara a Aliança Republicana, demonstrando as fissuras no chamado pacto oligárquico.

A essas dimensões, soma-se a emergência de novos grupos sociais, em grande medida, formados pelo processo de urbanização e industrialização que começava a se verificar em 1917 e 1919, demonstrando a formação de um proletariado. Embora o anarcossindicalismo tivesse maior presença inicial, funda-se o Partido Comunista Brasileiro, que também é reflexo da influência dos imigrantes chegados no país. Além do operariado, começa-se a delinear uma classe média urbana, sobretudo, em São Paulo, que daria origem ao Partido Democrático. Assim, no marco do centenário da independência brasileira, as celebrações são conturbadas pela expressão dessas novas classes sociais e de seus interesses, bem como das manifestações culturais novas do Modernismo, representadas pela Semana de Arte de 22.

Ademais desse contexto de indiscutíveis turbulências, destaca-se a relevância da atuação dos tenentes na esfera política, em meio ao fortalecimento da ideia de soldado-corporação. Adquire grande importância a tese, influenciada pelo positivismo, do chamado salvacionismo militar, que apregoava a responsabilidade dos militares por recolocar o país no caminho adequado, uma vez que os civis seriam incapazes de fazer essa condução.

Diante disso, os militares passam a recuperar experiências passadas de sua liderança como modelo para o exercício da presidência no novo contexto, inspirando-se, por exemplo, no florianismo. A partir dessa perspectiva, desenrola-se, na eleição de 1922, um processo que constitui o início do movimento tenentista. Por meio do episódio das cartas falsas, em que se atribuiu a Artur Bernardes supostas críticas ao ex-presidente e Marechal Hermes da Fonseca, os militares opõem-se à candidatura daquele, verificando-se grande agitação no Clube Militar. Em paralelo, oficiais de menor patente começam a se mobilizar para marchar pelo país em busca da deposição do presidente Epitácio Pessoa e da impossibilidade, posteriormente, de posse por Artur Bernardes. A junção das colunas saídas do sul e de São Paulo sob o nome de Prestes-Costa, embora tenha fundado importante movimento que contribuiu para o colapso da Primeira República, encontrou dificuldades para mobilizar a população do interior do país.

O movimento que culminou com a Revolução de 1930 e ascensão da Aliança Liberal ao poder, com Getúlio Vargas à frente, é reflexo dos desafios enfrentados para manutenção dos mecanismos de controle do poder pelas principais oligarquias do país diante das transformações vividas por esse, notadamente, pela emergência de novos grupos sociais.



Questão 4

O governo nunca foi derrotado eleitoralmente ao longo de todo o Segundo Reinado. A alternância partidária no poder foi sempre ditada pela intervenção do Poder Moderador. A elite política imperial empreendeu bom número de modificações na legislação eleitoral, visando assegurar a "verdade eleitoral". Nenhuma dessas reformas foi bem-sucedida. As denúncias de violência, manipulação e fraude foram frequentes e dominaram os debates políticos. Para os contemporâneos, eleições se caracterizariam pela reiterada falsificação dos princípios do governo representativo.

Eleições, contudo, não eram encenações ou eventos destituídos de significado, tampouco se deve inferir que o insucesso das reformas institucionais determinou o modo como as eleições foram travadas e ganhas pelo governo. (Fernando Limongi. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. In: Lua Nova, São Paulo, 91: 13-51, 2014, p. 46-7 - com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca das eleições no Segundo Reinado. Em seu texto, aborde as reformas eleitorais efetivadas nesse período.

Média: 12,65 amp. / 7,43 cotas negros
Desvio padrão: 2,87 amp. / 2,75 cotas negros

Bruno Rodrigues Teixeira – 17

O sistema eleitoral do Império continha inúmeros problemas que possibilitaram fraudes e a tendência à criação de Parlamentos hegemônicos com baixa participação da oposição. As reformas eleitorais não conseguiram resolver esses dois grandes problemas, em grande parte.

As eleições no Segundo Reinado, desde o início, foram caracterizadas por fraudes e por mecanismos de coerção, conforme ocorreu já nas primeiras eleições após o golpe da Maioridade, que ficaram conhecidas como "eleições do cacete". Desde esse episódio, ficou claro que seria o Poder Moderador o responsável por arbitrar as disputas intraelites, pois o Imperador, após as denúncias generalizadas de fraude, derruba o gabinete liberal e institui um conservador. É certo, porém, que desde a década de 1840, houve tentativas de aperfeiçoamento do sistema eleitoral. Em 1846, reforma aumenta os requisitos de renda dos votantes de 100$000 para 200$000, medida que deveria limitar o número de votantes mas que acaba sendo inócua em razão dos efeitos corrosivos da inflação.

Mesmo com a atuação do Poder Moderador no arbitramento de conflitos intraelite, fato é que desde o Tempo Saquarema, verificou-se tendência de hegemonia de um partido no Parlamento em razão do sistema de voto em Listas. A hegemonia saquarema, nesse sentido, dar-se-á por um lustro com a quase ausência de parlamentares liberais no

Parlamento imperial. Essa situação representava um problema porque a incapacidade de a oposição chegar ao poder poderia levar a que elites recorressem a outros métodos, como o fizeram em 1942, quando liberais se insurgiram em Minas Gerais e São Paulo após a derrubada dos liberais pelo Imperador. Nesse sentido, o Marquês do Paraná formou o Gabinete da Conciliação, com a presença tanto de conservadores quanto de liberais, e instituiu duas mudanças fundamentais que extinguiram o voto em lista. Por um lado, o estabelecimento do vito distrital permitiu que políticos das localidades não articulados nacionalmente pudessem eleger-se ao Parlamento. Por outro, a instituição das inelegibilidades dificultou o uso da influência que os magistrados tinham para reeleger-se indefinidamente. Essas duas mudanças permitiram o aumento do número de profissionais liberais e de oligarquias locais no Parlamento, o que significou uma ascensão dos Liberais, que a partir de 1962 conquistaram o Gabinete e, aliando-se a certos conservadores moderados, instituíram a Liga Progressista.

Essas mudanças do gabinete da Conciliação não resolveram a longo prazo, porém, o problema da hegemonia de um partido no Parlamento. Durante o Gabinete do Visconde do Rio Branco, portanto, este instituiu a Lei do Terço, que separava 1/3 da Legislatura a candidatos oposicionistas. Essa medida por certo possibilitou alguma diversidade no Parlamento Imperial, mas não foi acompanhada de ações que visassem a eliminar o problema estrutural das fraudes eleitorais, que perpassaram todo o Segundo Reinado. Um Gabinete Liberal buscou tratar essa questão em 1881; a Lei Saraiva, nesse sentido, recorreu a maior seletividade do eleitor, por meio da instituição do censo literário. Diferentemente da Lei de 1846, essa medida não poderia ser inutilizada pela ação corrosiva da inflação; de fato ela foi capaz de reduzir consideravelmente o número de eleitores que passou de 10% para cerca de 1% da população. Além disso, a Lei Saraiva extinguiu o sistema de duas fases, eliminando a diferenciação entre votantes. O argumento dessa lei estava fundado na suposição de que eleitores com alguma educação seriam menos propensos a fraudes eleitorais.

As reformas eleitorais não lograram corrigir as amplas fraudes nem o problema da renovação e circulação de políticos no Parlamento, renovação que em grande medida continuou sendo gerida pelo Poder Moderador. Além disso, a reforma final instituiu a exclusão do analfabeto do eleitorado, medida que perduraria no período republicano.

Pedro Henrique de Sousa Zacarias – 17

Conforme assevera Fernando Limongi, as eleições foram, ao longo do 2º Reinado, eventos significativos na política doméstica, a despeito das críticas feitas à prática disseminada da fraude eleitoral. Desde o início daquele período, a partir das "eleições do cacete" de 1841, na qual a vitória dos liberais foi marcada pelo amplo recurso à força e à violência, o Império demonstrou preocupação com o aperfeiçoamento da dinâmica eleitoral.

O exercício eleitoral fora disciplinado na Constituição de 1824 conforme os preceitos liberais da época: o voto era censitário e indireto, com diferentes exigências de renda para "votantes" e "eleitores" (estes iriam, efetivamente, eleger o deputados), além de exigências maiores de renda para candidatar-se aos cargos do legislativo. Nesse sentido, uma primeira reforma eleitoral de relevo ocorreu em 1846, quando foram atualizados os

critérios de renda para as eleições. Não obstante, é preciso destacar que o acesso aos direitos políticos era consideravelmente mais disseminado no Brasil do que em outros países, como a Inglaterra, por exemplo, onde as exigências eram maiores.

Com a criação, a partir de 1847, do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, o Poder Moderador passou a atuar de forma mais incisiva, com a faculdade de dissolver o Parlamento. Consubstanciou-se, desse modo, o que Nabuco de Araújo chamaria de "parlamentarismo às avessas" do sistema brasileiro. O Parlamento, atuando como "caixa de ressonância", nos termos de J. M. Carvalho, da sociedade, estava, assim, condicionado tanto pela dinâmica eleitoral como pelo Poder Moderador do Imperador.

Nesse contexto, o período da conciliação, capitaneado por Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, introduziu reforma eleitoral de relevo, com a Lei dos Círculos Eleitorais, de 1855. Por meio desta, buscou-se atender a demandas de membros do Partido Liberal por maior representação. Com essa lei, foi introduzido o voto distrital no país, com cada "círculo eleitoral" podendo eleger um representante (posteriormente, em nova reforma, esse número seria aumentado para três). Além disso, determinaram-se as regras das incompatibilidades eleitorais, segundo as quais quem exercesse cargos públicos em um distrito não poderia apresentar candidatura naquela circunscrição.

Em 1875, no âmbito do chamado "decênio conservador" (1868-1878), nova reforma eleitoral foi aprovada, após trabalhosa articulação ao longo do gabinete Rio Branco. Pela chamada Lei do Terço, garantia-se a representação de pelo menos um terço das cadeiras do Parlamento à oposição. Essa reforma insere-se, assim, no âmbito da chamada prática do "reform mongering", por meio da qual conservadores buscaram esvaziar as pautas do Partido Liberal.

Em 1881, a Lei Saraiva, aprovada sob o gabinete liberal, introduziu as reformas de maior relevo até então, que perdurariam, em alguns aspectos, até depois do período imperial. Foi instituído por ela o voto direto e universal (masculino), antigo pleito liberal, sendo extintos os requisitos de comprovação de renda (*). Por outro lado, longe de significar ampliação da participação democrática, essa reforma reduziu drasticamente o eleitorado, ao introduzir a proibição de voto dos analfabetos, em país de população majoritariamente iletrada. Esse movimento não esteve dissociado da perspectiva de abolição do regime escravista, de modo que se buscou resguardar o viés oligárquico da participação eleitoral.

Para além dessas reformas, foram realizados, ao longo do Segundo Reinado, outros ajustes pontuais em critérios como a forma de comprovação de renda e o alistamento eleitoral, de modo a reduzir a possibilidade de fraudes e preservar a "verdade eleitoral". Entretanto, mesmo após a instauração da República, a prática eleitoral no Brasil continuaria refém de práticas que, da perspectiva contemporânea, pareceriam contrárias ao princípio democrático (como o voto aberto, por exemplo).

Dessa forma, as eleições no Segundo Reinado devem ser vistas como um longo aprendizado no exercício de direitos políticos, marcado por avanços e recuos. Desse período, a proibição do voto dos analfabetos, a partir da Lei Saraiva, legaria efeitos mais duradouros no alijamento da população da construção da cidadania.

**Nota: Informação incorreta. A Lei Saraiva não acabou com o voto censitário.*

Sarah Cruz Ferraz – 17

O sistema eleitoral brasileiro, conforme previsto pela Constituição de 1824, previa eleições indiretas em dois níveis e voto censitário. Ao longo do Segundo Reinado, conforme se consolidava um projeto de Estado centralizado e calcado nos princípios do "liberalismo à brasileira", procedeu-se à realização de sucessivas reformas eleitorais cujo objetivo principal era a "verdade eleitoral", mas cujos resultados foram, na prática, responsáveis por reduzir a participação eleitoral. Ao final do Império, houve redução sensível do número de eleitores, em movimento que era contrário às tendências internacionais de expansão da participação democrática.

Com a chegada ao poder do Imperador D. Pedro II, completou-se, na década de 1840, o longo processo de formação do Estado brasileiro. A vitória do Regresso Conservador e a adesão das elites políticas ao projeto centralizador permitiu [sic] que, a despeito da alternância periódica entre liberais e conservadores no poder, se alcançasse estabilidade institucional e consenso em torno do projeto centralizador. A partir de 1847, com a criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, conformou-se o chamado Parlamentarismo "às avessas", no qual formava-se primeiro o Gabinete e depois este definia a Câmara, blindando o Imperador contra eventuais críticas.

Conforme o previsto na Carta de 1824, as eleições parlamentares se dariam em dois níveis: no primeiro, os votantes de paróquia, com renda mínima de 100 mil reis, elegiam os eleitores e estes, com renda mínima de 200 mil reis, elegiam seus representantes no Parlamento. Para possuir capacidade eleitoral passiva, os indivíduos do sexo masculino deveriam atender a requisitos mínimos como renda mínima de 400 mil reis para candidatar-se a deputado e 800 mil reis para candidatar-se a senador, além de não serem libertos. A despeito de seu caráter censitário, percebe-se uma participação eleitora crescente nas primeiras décadas do Império, quando a inflação crescente acabou por reduzir, na prática, as limitações de renda à participação cidadã. Dessa forma, ainda na década de 1840, empreendeu-se uma primeira reforma eleitoral que recrudesceu novamente os critérios de renda.

Essa primeira reforma, contudo, não foi capaz de desfazer as críticas crescentes que se faziam às fraudes e aos limites do sistema político em garantir a representatividade das minorias políticas. Com base nas pressões políticas crescentes de grupos de oposição, que se queixavam das dificuldades de acesso ao Legislativo, aprovou-se, em 1855, a Lei dos Círculos. Esta apresentou limites concretos ao predomínio de potentados locais ao proibir a candidatura, no distrito eleitoral onde exercessem suas funções, de funcionários públicos e clérigos. Os resultados imediatos da nova lei, que restringia as eleições a um representante por distrito, foi uma renovação significativa da Câmara, com a derrota eleitoral de figuras políticas tradicionais em alguns distritos. Dessa forma, em 1860, reformou-se a Lei de 1855 de forma a ampliar o número de representantes por distrito, que passaram de um para três.

Ao longo das décadas de 1860 e 1870 assiste-se, no país ao Renascer Liberal e à formação de um "clamor por reformas". Alijada do poder após a queda do Gabinete Gois de Vasconcelos em 1868, a oposição liberal articula-se em grupos diversos que vão desde o liberalismo moderado do Novo Partido Liberal, ao republicanismo federalista dos partidos republicanos que surgem após o Manifesto de 1870. É relevante, no conjunto das demandas liberais por reformas, a defesa da moralização do processo eleitoral com a

adoção do voto direto e secreto. Dessa forma, ainda no bojo do processo modernizador empreendido pelos conservadores no decênio de 1968-78, aprova-se a Lei do Terço em 1875, a qual estabelece a reserva de um terço das cadeiras para a oposição e institui o voto direto e o título eleitoral.

Mais relevante, contudo, foi a aprovação, 1881, da Lei Saraiva que, em contexto de crise política do Império, buscou novamente atender aos pleitos por redução de fraudes eleitorais e instituiu, dentre outras medidas, o censo literário, o que significou, na prática, uma drástica redução do eleitorado. Percebe-se, ao longo do Império brasileiro, a permanência de um ideário político que, a despeito da defesa recorrente do discurso liberal de defesa dos direitos individuais, mantém afastados da verdadeira participação política parcela substantiva da população brasileira.

Érika Helena Campos – 16

A cidadania no Segundo Reinado era fragmentada, como coloca José Murilo de Carvalho. Ainda que a carta constitucional de 1824 garantisse direitos individuais e políticos de forma relativamente abrangente, o arranjo institucional do império gerava direitos políticos mutilados. Primeiramente, cabe lembrar que o voto era censitário e indireto; segundo, é importante retratar um fato muito polêmico durante o Segundo Reinado: ser o imperador o grande eleitor. Efetivamente, como coloca Fernando Limongi, o exercício do Poder Moderador conferia ao imperador a cidadania total, pois, pelo seu uso, ele desconstituía os gabinetes de ministros, alternava os partidos no Poder e convocava eleições para formar o Parlamento, sendo que o partido que detinha o novo gabinete necessariamente formaria maioria legislativa, dada a escala das fraudes eleitorais.

Devido a esse panorama, durante o império grassou o debate sobre o sistema eleitoral; debate esse que, recorrentemente, recaía na crítica ao Poder Moderador. Com o gabinete da Conciliação, articulado por Carneiro Leão, entre 1853 e 1858, o Marques do Paraná avançou essa pauta cara aos liberais e, em 1855 fez aprovar a Primeira Lei do Círculo. Esta criava, na prática, o voto distrital, sendo que, em cada distrito se elegeria um representante. Essa lei facilitaria a eleição de notabilidades locais em detrimento de políticos tradicionais, geralmente filiados ao partido conservador.

Testada essa lei, ficou patente sua relativa eficácia. A legislatura formada a partir de sua aplicação já tinha uma bancada mais significativa de liberais. Essa maior presença de liberais, contudo, gerou dificuldades para a governabilidade do gabinete conservador, entre 1858 e 1862. Dessa forma, os conservadores buscaram passar a segunda lei do círculo, em 1860, a fim de aumentar os distritos e reduzir a elegibilidade de líderes locais.

Essas reformas, contudo, viabilizaram o chamado "renascer liberal", uma vez que os liberais passaram a ter porcentagens crescentes na bancada parlamentar.

As leis do círculo repercutiram na posterior tentativa de se prolongar o esforço de conciliação entre partidos conservador e liberal. Na Câmara e no Senado, respectivamente, Zacarias de Góis e Vasconcelos e Joaquim Nabuco aproveitaram-se da ampliação da presença de liberais e dos impasses com os conservadores puros para avançar o projeto da Liga Progressista, coalizão de conservadores e liberais moderados defensores dos benefícios de uma pauta comum.

Durante todo o período em que vigorou o arranjo da Liga e, posteriormente, Partido Progressista (1862-1868), o Imperador se furtou de usar o Poder Moderador para dissolver legislaturas e convocar novas eleições. Ele dava posse a gabinetes que repercutissem as maiorias formadas no Parlamento pela via eleitoral. Esse foi o período em que mais próximos estivemos de uma prática de Parlamentarismo clássico.

A partir de 1868, contudo, a dissolução do gabinete Progressista e a convocação de novas eleições para ratificar os conservadores no poder acenderam o clamor por reformas que caracterizou a política imperial de pós-guerra do Paraguai. As fraudes eleitorais voltariam ao centro dos debates e o Poder Moderador seria contestado como nunca pelos liberais.

É em meio à tônica de debates acirrados que o gabinete conservador do Visconde do Rio Branco passa a capturar pautas liberais relevantes, como a reforma eleitoral. Em 1875, ele tenta passar a Lei do Terço e não obtém êxito. Será pelas mãos de Caxias, seu sucessor, que será aprovada a lei que garantiria ⅓ da bancada parlamentar para o partido minoritário. A próxima lei relevante é aprovada pelo gabinete liberal de Saraiva. Em 1881, convictos de que a fraude eleitoral era fruto da manipulação das massas ignorantes - raciocínio comum nas elites brasileiras -, esse gabinete passou a Lei Saraiva, que vedava o direito de voto aos analfabetos. Essa lei reduziu, de forma drástica, a franquia eleitoral brasileira, que, à época, era uma das mais elevadas do mundo.

Conclui-se desse trajeto, que a cidadania brasileira, sobretudo sua dimensão eleitoral, foi construída sobre avanços e recuos. Importante é enfatizar os aprendizados das experiências eleitorais que, apesar das fraudes, deram aos cidadãos a dimensão do valor do voto.

Pior nota
Anônimo - 2

O tema eleitoral é fundamental para a compreensão do funcionamento do sistema político imperial. Apesar do sistema eleitoral do Império ser censitário, é importante destacar que gerou participação bastante destacada para os padrões da época, em um sistema de eleição indireta em que primeiro votava-se nos eleitores para, em seguida, os eleitores votassem para os representantes do parlamento. Os requisitos censitários variavam de modo que uma parcela da sociedade podia ser eleitora ou representante no parlamento. A grande questão, portanto, não é seu aspecto censitário, mas sim a forma como as eleições são realizadas, e o próprio funcionamento do parlamentarismo pátrio. Nesse contexto, algumas reformas eleitorais podem ser destacadas, denotando os limites do sistema.

Um primeiro aspecto do sistema eleitoral é seu caráter fraudulento. De fato, o governo central sempre vencia as eleições. As eleições de 1843, que marcaram a volta dos liberais ao poder, após o regresso conservador, ficaram conhecidas como "eleições do cacete" devido a ampla violência empregada. Nesse contexto, tem-se uma inversão na lógica parlamentarista. Não é a composição do parlamento que forma o gabinete, mas o gabinete que força a composição do Parlamento. Assim, no que ficou conhecido como "parlamentarismo às avessas", o Imperador, utilizando de suas prerrogativas de poder moderador, escolher o gabinete, que vai, assim, formar a maioria no Parlamento. Ao longo de todo o Segundo Reinado, haverá críticas ao arbítrio do Imperador, fazendo com que o

descontentamento em relação à distribuição de poder fosse também dirigida ao Imperador, que ficava com o ônus de compor as forças políticas de acordo com a sua sensibilidade política do momento. Esse aspecto vai minando a legitimidade do sistema.

Outro aspecto importante é o fato de que, a despeito da pluralidade de opiniões, há uma certa homogeneidade da elite, conforme a teorização de José Murilo de Carvalho, que torna mais fácil absorção das contradições do sistema. Assim os representantes parlamentares brasileiros, serão compostos de indivíduos que passaram pelas faculdades de Direito de São Paulo e Recife ou, em menor medida, de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador e que, ao longo da carreira vão desempenhar funções públicas como a Magistratura, a administração das províncias, a representação no parlamento e, eventualmente, o exercício de cargo ministerial.

Mesmo em um contexto de homogeneidade das elites, as contradições e os limites do sistema eleitoral serão causa de instabilidade, principalmente, porque não existem meios de ascensão ao poder político que não seja motivado pela vontade do Imperador. Assim, por exemplo, durante o gabinete da Conciliação, após longo predomínio conservador, ficou evidente que era necessário abrir espaço institucional para a oposição. A lei dos círculos eleitorais de 1856 traz em seu âmbito, o objetivo de aproximar a representação, de modo a garantir maior pluralidade no Parlamento. Na década de 1870, novamente em um contexto de predomínio conservador, Angela Alonso vai apresentar um grupo de jovens da elite, filhos de membros do Partido Liberal, vão buscar outras formas de atuação política, como a panfletagem, a realização de comícios, aderindo a causas como o abolicionismo, o republicanismo. Esse movimento levará a nova alteração eleitoral no Gabinete Rio Branco. Já no final do Império, com base no argumento da baixa qualidade do voto, será iniciado o debate sobre o imperativo de proibir o voto de analfabetos, o que levará, efetivamente a redução do número de eleitores no país.

